

INSTITUTOS FEDERAIS PODEM PARAR

Reitor do IFRS, Osvaldo Casares Pinto, diz que situação está se tornando "insustentável" e que, por falta de recursos, a instituição corre sério risco de cessar atividades ainda neste ano.



QUEM ABRE UMA
ESCOLA
FECHA UMA PRISÃO

Ufrgs | Ufrgs Litoral Norte | Ufcsa | Ufcsa Canoas | IFRS Porto Alegre
IFRS Restinga | IFRS Alvorada | IFRS Bento Gonçalves | IFRS Canoas
IFRS Caxias do Sul | IFRS Osório | IFRS Viamão | IFRS Farroupilha
IFRS Feliz | IFSul Charqueadas | IFSul Sapucaia do Sul

Presidente

Paulo Machado Mors

Vice-presidente

Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira

1º Secretário

Ricardo Francalacci Savaris

2º Secretário e Diretor Social e Cultural

Newton Luis Garcia Carneiro

1º Primeiro Tesoureiro

Vanderlei Carraro

2º Tesoureiro e Diretor de Assuntos Jurídicos

Pedro Alves d'Azevedo

Diretora de Assuntos da Carreira do Magistério Superior

Luciana Boose Pinheiro (Licenciada)

Diretor de Assuntos da Carreira do EBT

Eduardo de Oliveira da Silva

Diretora de Comunicação

Lúcia Couto Terra

Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Previdência

Jairo Alfredo Genz Bolter

Diretor de Relações Sindicais

Eduardo Rolim de Oliveira

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre | RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br

ADverso

Adverso, Porto Alegre, nº 226, mai./jun. 2017

Tiragem: 3.700 exemplares

Impresso na Ideograf

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Adriana Lampert, Araldo Neto e
Daiani Cerezer

Revisão: Taís Vicari

Projeto Gráfico e Diagramação: Edu Furasté

Diagramação e Arte-final: Leonardo Guterres

Foto de capa: Nicholas Fonseca - Comunicação
IFRS Campus Farroupilha

Produção:



VERDEPERTO
(51) 3228 8369

Índice

Entrevista

Luiz Gonzaga Belluzzo

O economista fala sobre a retomada do projeto neoliberal no Brasil, que estava adormecido desde 2002.

04

Reforma da Previdência

Aposentar-se ou não? Eis a questão

Reforma provoca aumento do número de aposentadorias no quadro de docentes da UFRGS.

09

IFRS

Risco iminente de paralisação

Falta de recursos orçamentários pode paralisar atividades do instituto ainda este ano.



15

CONAE 2018

De forma intempestiva e unilateral, governo muda a composição do FNE e abre espaço para lobbys da privatização das Universidades Federais.

22

Em defesa da democracia

Comitê é um espaço plural e suprapartidário.



26

Reforma do ensino médio

Evasão escolar, índices fracos e descompasso entre o conteúdo e a realidade dos alunos são apenas alguns dos desafios apontados na proposta de reforma.

29

Área nuclear

Presidente da comissão nacional de energia nuclear rejeita indicação política para diretoria da Nuclebrás e é demitido do cargo.

33

O sindicalismo que nós praticamos

Desde quando a Adufrgs transformou-se em sindicato vimos crescendo. São centenas de novos associados. Nossa associação sindical vem se fortalecendo ao longo dos últimos 10 anos, especialmente por conta de uma nova forma de fazer sindicato.

Somos uma instituição voltada às lutas mais candentes dos professores. Em primeiro lugar, está a representação dos professores, as reivindicações salariais e da carreira. Também agimos na defesa da aposentadoria digna e das condições de trabalho. Temos o compromisso solidário com os demais trabalhadores, que atuam nas Instituições de Ensino e, por conta disso, nos associamos às suas lutas. Igualmente estamos irmanados nas lutas da sociedade brasileira em defesa dos serviços públicos gratuitos e de qualidade, pois a educação é parte desses serviços. A negociação tem sido componente fundamental para avançarmos em nossas conquistas. Essa forma de agir vem garantindo excelentes resultados. Temos uma das melhores carreiras do serviço público. Recuperamos nosso poder aquisitivo e, hoje, detemos um salário que se aproxima dos melhores dentre os servidores do executivo com o mesmo grau de titulação. Ainda não estamos onde gostaríamos, mas caminhamos a passos largos na direção correta. Nossa prática sindical repudia fortemente o uso do sindicato para fins políticos partidários. Não nos deixamos levar por bandeiras que não dizem respeito aos interesses inequívocos daqueles que prezam a democracia, bem maior de qualquer sociedade que se quer igualitária.

Estamos na rua neste momento da luta. Ouvimos os professores, por meio da mais ampla consulta, assumimos como nossas as duas greves gerais convocadas, de forma unitária. Assim o fizemos por termos identificado, nas motivações para a sua deflagração, as reivindicações que também nos interessam, como trabalhadores e como cidadãos. Não assumimos as bandeiras de caráter político-partidário, porque respeitamos a diversidade de opi-

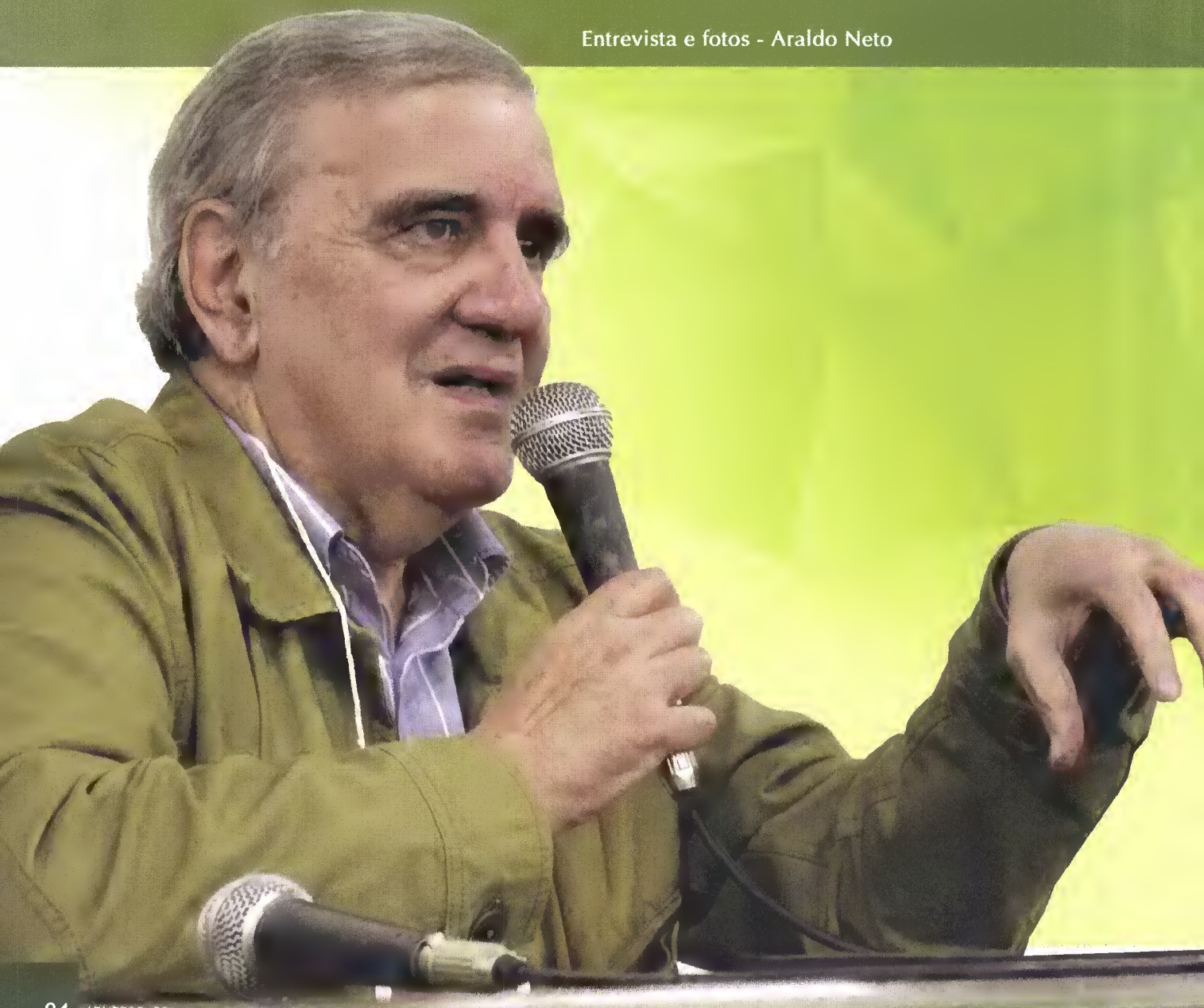
niões presentes no nosso meio. Temos clareza de que o papel do sindicato é absolutamente distinto dos partidos. Temos o compromisso com a democracia, com a luta contra a corrupção, que destrói o setor público, retirando recursos financeiros daqueles que mais necessitam. Papel relevante das instituições federais de ensino, sejam universidades ou institutos federais, é o de contribuir com o desenvolvimento humano e tecnológico do País. Por isso, denunciamos a Emenda Constitucional 95, que congelou os recursos públicos por 20 anos, e lutamos por sua revogação. Protestamos contra os cortes nos repasses de verbas à educação, tema explorado neste número da Adverso. Denunciamos e nos posicionamos contra as contínuas tentativas de reduzir os ganhos dos aposentados e as exigências desumanas para que seja possível alcançar a aposentadoria com dignidade. Combatemos a reforma trabalhista exatamente por aquilo que representa na precarização das relações de trabalho. As crises política, econômica e social vêm se agravando. Tentamos inúmeras vezes estabelecer diálogo com o atual governo, a exemplo do que fizemos com o anterior. Sabíamos das dificuldades, antes e agora. Avançamos nas nossas reivindicações, dada a nossa capacidade de nos mobilizar e pressionar. Conseguimos estabelecer a negociação como prática de ação. Parte da nossa pauta foi consagrada no último acordo firmado com o governo anterior. Isso garantiu reajustes salariais até janeiro deste ano e reestruturação da carreira, com melhorias significativas, a partir de agosto deste ano até agosto de 2019. Mas ainda temos outros pontos a serem negociados. Entre eles, o reajuste necessário para janeiro de 2018. Inúmeras tentativas de diálogo com o governo vêm sendo tentadas. O governo tem se mostrado resistente para avançar. Fortalecer o sindicato, participar dos espaços de debate e de decisão, refutar tentativas de divisão patrocinadas pelos oportunistas de sempre, são algumas das tarefas prioritárias de todos aqueles que têm compromisso com nossas lutas.

ADUFRGS-Sindical, o seu sindicato

Economista Luiz Gonzaga Belluzzo

“Nós estamos tentando recuperar uma coisa que não deu certo no Brasil”

Entrevista e fotos - Araldo Neto



Hoje, está claro que a vitória eleitoral do programa de governo representado pela candidatura de Lula, em 2002, não significou que o projeto neoliberal, que vinha sendo implantado no Brasil desde Collor de Mello, tenha sido definitivamente derrotado. Há um ano, o impeachment de Dilma Rousseff criou as condições para o reaparecimento de propostas que reduzem ao mínimo a presença do Estado na economia brasileira. A retomada das privatizações, o corte nos recursos para as áreas sociais e a precarização das relações de trabalho são alguns tópicos centrais do projeto neoliberal, que retornaram à agenda política do País. Economia em recessão, elevação das taxas de desemprego e queda do poder aquisitivo dos assalariados desenharam o mesmo cenário que, na década de 90, apresentou o pro-

grama neoliberalizante como solução para os problemas brasileiros.

Interrompida em 2002, a experiência não contribuiu para a construção de um País mais justo ou economicamente estável. Ao contrário, o Brasil saiu dela com perfil internacional baixo, direitos sociais diminuídos, taxas de juros estratosféricas e a mais profunda e prolongada crise recessiva da história. Para analisar o cenário econômico nacional, a Revista Adverso entrevistou o economista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luiz Gonzaga Belluzzo, durante o Seminário “100 anos da Revolução Russa”, realizado em Porto Alegre, em junho. Para ele, as medidas econômicas do Governo Temer estão condenadas ao fracasso, porque adotam o mesmo mecanismo neoliberal que não deu certo no passado.

Adverso - Podemos dizer que o Brasil vive uma retomada do projeto neoliberal, que estava adormecido desde 2002?

Luiz Belluzzo - O projeto de redefinição da posição internacional do Brasil, de mudança dos critérios de política econômica e organização da estrutura econômica entre Estado e empresas, começou com o Plano Real, que foi um plano de estabilização. Ele veio acompanhado de uma série de programas, entre os quais, o mais importante foi o das privatizações, que desarticulou as formas que organizaram o crescimento da economia brasileira antes e depois do golpe militar. Depois desta rede-

finição, que aconteceu nos anos 90, com todos os princípios da competitividade garantida pela abertura comercial e financeira, o Brasil teve, sistematicamente, uma taxa de juros bem acima da taxa internacional. Os “idiotas” não sabem que o sistema monetário internacional é hierarquizado! Se você faz a abertura financeira, precisa arcar com o risco de ter que pagar um prêmio para o investidor estrangeiro. Aqui, nós fizemos essa abertura, mesmo que o Fundo Monetário (FMI) e o Banco de Compensações Internacionais critiquem a abertura da economia sem cuidados e recomendem medidas prudenciais para controlar o fluxo de capitais. Taxas

de juros altas e câmbio valorizado já entraram no repertório. Por outro lado, a participação da indústria, que estava em 27%, hoje está em 9%. Esse é um dos aspectos que tem a ver com a nossa situação atual. Qual a resposta que está implícita no impeachment da Dilma? Nós precisamos voltar a praticar as políticas que prometiam nos tirar da crise, como foi em 94. Só que a situação mundial é outra, muito diferente. A economia americana está crescendo e tem uma taxa de desemprego de 4%. Só que 40% dos empregos novos são precários. Isso tem um efeito muito ruim sobre a demanda, porque os salários caem e não têm poder aquisitivo

suficiente para consumir o que é produzido. Além disso, a indústria nos Estados Unidos representa em torno de 11% do PIB, porque a manufatura foi toda deslocada para a China. O fato é que a economia mundial está vivendo um período de grande estagnação. Nossa situação hoje é tentar mais do mesmo, esquecendo que o desempenho ruim da economia vem desde a crise da dívida externa, nos anos 80, que foi um divisor de águas. A economia entrou num processo de hiperinflação, baixa taxa de investimento e falta de crédito. Em resposta, nós adotamos um conjunto de políticas, que desorganizou e feriu gravemente o núcleo dinâmico da economia brasileira, o sistema de relações que existiu desde o tempo de Getúlio, passando JK e que não havia sido abandonado no período militar. Pode se fazer críticas ao projeto militar por outras razões, mas eles não adotaram o projeto neoliberal. Esse projeto foi aplicado, intensamente, após a eleição da Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Ele compreende a livre movimentação de capitais e a abertura financeira. Aqui no Brasil, nós estamos tentando recuperar uma coisa que não deu certo. Não pelas razões que são discutidas superficialmente, pela chamada macroeconomia, mas sim porque não temos a estrutura para promover o crescimento. A visão que ainda predomina é a de “mais do mesmo”.

Adverso - Como o senhor analisa a situação atual e quais, na sua avaliação, serão as consequências das reformas

Aqui no Brasil, nós estamos tentando recuperar uma coisa que não deu certo. Não pelas razões que são discutidas superficialmente, pela chamada macroeconomia, mas sim porque você não tem a estrutura para promover o crescimento. A visão que ainda predomina é a de “mais do mesmo”.

que estão em curso no Brasil?

Luiz Belluzzo - Todas as reformas foram pensadas por um conjunto de valores e projetos que precisam criar “ilusões”. Eles acham que com elas vão resolver os problemas, mas os problemas da economia brasileira não são esses. Não temos polos dinâmicos da economia. A economia pode até crescer 1,5% a 2%, mas não há fonte de crescimento mais permanente.

Adverso - A implantação de um Estado Mínimo vem ocorrendo na prática e a toque de caixa. Caso este projeto se consolide (com Temer ou quem venha a substituí-lo em uma eleição indireta), qual será o próximo passo, após a retirada

de direitos sociais e trabalhistas?

Luiz Belluzzo - A implantação do Estado Mínimo foi iniciada com a crise da dívida externa. Essa última etapa é uma desconstrução da base legal ou institucional, que funcionou, nos países do Terceiro Mundo, até os anos 80, no período em que o capitalismo produziu uma estrutura industrial mais avançada. É curioso isso. A nossa crise dos anos 80 produziu uma reação regressiva, ao passo que a crise chinesa dos anos 90 produziu uma reação muito inteligente. Eles optaram por uma economia mista, que usava o mercado, mas mantinha o controle central sobre o crédito, sobre o custo e sobre os insumos básicos. Agora, ao contrário da China, que está crescendo com um sistema de proteção social mais avançado, nós estamos querendo destruir o que temos, achando que isso é uma coisa avançada. Não! Isso é uma coisa atrasadíssima. Nós estamos olhando para trás, em vez de olhar para frente. A transformação do mercado de trabalho produzido pela nova onda de inovação tecnológica, representada pela indústria da inteligência artificial, a indústria 4.0, vai exigir uma política social muito mais intensa para proteger os trabalhadores das precariedades do sistema que está sendo criado. Não pode existir menos proteção. É necessário mais proteção.

Adverso - Paralelamente às reformas previdenciária e trabalhista (incluindo as terceirizações), o Governo Temer e seus aliados na Câmara e no Senado vêm aprovando uma

série de medidas que têm ou terão forte impacto na vida dos brasileiros, sem qualquer debate com a sociedade. O Sr. poderia destacar aquelas que considera mais importantes e por quê?

Luiz Belluzzo - É a combinação entre o teto de gastos, reforma Trabalhista e reforma da Previdência. Todas essas, juntas, exprimem o projeto que eles têm para o País, e que vai fracassar. Além de reduzir a possibilidade de recuperar a economia, o governo está enfraquecendo a capacidade aquisitiva da massa trabalhadora. Está se fazendo um movimento inverso daquele que o Lula fez, quando o Brasil registrou um crescimento enorme do número de trabalhadores com carteira assinada. Naquele momento, o País teve uma expansão do superávit na Previdência. Eles estão trabalhando com projeções que nascem de uma base muito ruim, que é a depressão em que o Brasil se encontra. Com a ameaça de mudar a previdência, houve uma corrida para a aposentadoria e

(...) ao contrário da China, que possui moderno sistema de proteção social, nós estamos querendo destruir o que temos, achando que isso é uma coisa avançada. Não! Isso é uma coisa atrasadíssima. Nós estamos olhando para trás, em vez de olhar para frente.

uma queda simultânea no número de pessoas que estão desempregadas, sem condições de contribuir. O Governo está projetando isso para o futuro, o que é um erro. Você precisa corrigir os desequilíbrios que existem. A Previdência rural é um problema assistencial. É parecido com o Bolsa Família. Você

tem que manter, porque sustenta muitos municípios que vivem da Previdência rural. Restringir este benefício é cortar outra fonte de expansão da economia.

Adverso - Os setores que deram sustentação política e econômica ao impeachment atribuem aos governos de Lula e Dilma a responsabilidade pela crise econômica que o Brasil atravessa. Porém, a alternativa que apresentam é um modelo que fracassou na década de 90, e que foi rejeitado nas urnas pela maioria dos brasileiros. Até que ponto retomar o programa neoliberal foi o que efetivamente motivou o impeachment de Dilma?

Luiz Belluzzo - Durante o governo Lula, o crescimento e os bons resultados obtidos permitiram que ele governasse com certa tranquilidade. Mas a verdade é a seguinte: esse bloco, que hoje está no poder, atropelado, nunca admitiu que um metalúrgico fosse presidente da República. Eles só toleraram naquele momento. Lula foi



reeleito e depois elegeu a sucessora. Dilma tentou fazer correções no câmbio e nos juros. Como resultado, a economia começou a desacelerar fortemente. No período pós-eleição, ela chamou Joaquim Levi, que é um expressivo representante das políticas liberais, para o Ministério da Fazenda. Ele fez um ajuste fiscal completamente abstruso. Deu um choque de tarifas, acompanhado de um choque de juros e corte de investimento público, que já era baixo. Como resultado, a economia caiu. Dilma adotou a política que havia criticado nas urnas. Isso desgastou muito a sua imagem e facilitou o impeachment. Ela fez isso, mas foi eleita pelo voto popular, e as razões alegadas para o impeachment, são fragilíssimas. Eu fui ao Senado discutir isso e ninguém teve coragem de dizer que eu estava errado. Todo mundo colocou o rabo entre as pernas. A argumentação das pedaladas foi da pior qualidade. O que interessa a eles é avançar na política de ajustes, o que não vai dar certo. Estamos caindo

Como você quer crescer sem um projeto nacional, sem a criação de grandes empresas nacionais, de articulação entre o setor privado e público?

numa história terrível. Os grupos que cresceram, ultimamente, são ligados ao agronegócio, enquanto os grupos industriais encolheram. É isso que estamos vendo ali na frente, que vai nos levar a um declínio lento se essa visão não for revertida.

Adverso - O que é preciso fazer para retomar o crescimento diante do atual cenário do País?

Luiz Belluzzo – Precisamos reconstituir todas as formas institucionais, que levaram o País a crescer. Não exatamente da mesma forma. Eles desmontaram

todos os centros de inovação, que estavam dentro das empresas estatais, e privatizaram. O centro de pesquisa da Telebras e da Eletrobras, por exemplo. Agora, só falta desmontar o centro da Petrobras em nome da competitividade. Daí o Brasil não terá competitividade nenhuma. Não existe aumento da produtividade sem investimento. O investimento, aqui no Brasil, tem que ser coordenado de uma maneira adequada. Empresa privada também não inova sem investimento pesado do Governo. O iPad, por exemplo, nasceu do investimento pesado do Estado norte-americano em pesquisa e inovação. O Steve Jobs pegou o fim da coisa. A indústria está mudando de configuração. Está ficando cada vez mais automatizada, assim como os serviços e a agricultura. Como você quer crescer sem um projeto nacional, sem a criação de grandes empresas nacionais, de articulação entre o setor privado e público? ■

PERFIL

Luiz Gonzaga Belluzzo é professor titular do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1985-1987) e de Ciência e Tecnologia de São Paulo (1988-1990). Belluzzo é formado em Direito e Ciências Sociais pela Universidade de São

Paulo (USP), pós-graduado em Desenvolvimento Econômico pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e doutor em Economia pela Unicamp. Fundador da Facamp e conselheiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), é autor dos livros "Os Antecedentes da Tormenta", "Ensaio sobre o Capi-

talismo no Século XX", e coautor de "Depois da Queda, Luta Pela Sobrevivência da Moeda Nacional", entre outros. Em 2001, foi incluído entre os 100 maiores economistas heterodoxos do século XX no Biographical Dictionary of Dissenting Economists. Em 2005, recebeu o Prêmio Intellectual do Ano (Prêmio Juca Pato).

Aposentar-se ou não? *Eis a questão!*

Por Araldo Neto

Nunca, como agora, os trabalhadores brasileiros tiveram tantas razões para temer o futuro. A iminente aprovação das reformas previdenciária e trabalhista descortinam medos e incertezas, que têm sua expressão mais palpável na avalanche de pedidos de aposentadoria que chegam, todos os dias, ao INSS. Quem pode, corre para fugir das novas regras. Somente em Porto Alegre, a demanda aumentou em torno de 40%. Na Rede Pública Estadual, do Rio Grande do Sul, quase 8 mil professores podem deixar as

salas de aula ainda este ano. Na UFRGS, a corrida para se aposentar também é grande entre os servidores. De acordo com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP), nos seis primeiros meses do ano foram aprovados 120 portarias de aposentadoria para docentes e técnicos administrativos, o dobro do registrado em 2017.

A busca de esclarecimentos sobre a Previdência já é a principal demanda nos atendimentos jurídicos da ADUFRGS-Sindical. Assuntos relacionados à aposenta-

doria correspondem a 60% do número de atendimentos que o sindicato presta aos associados. Embora haja a preocupação com a aplicação das novas regras para aposentadoria, caso a Reforma da Previdência seja aprovada, é necessário ter cautela para definir entre continuar trabalhando ou não. De acordo com o advogado do Sindicato, Francis Bordas, a maioria dos professores, que procura atendimento jurídico, quer se certificar de que não perderá com a reforma, principalmente quando já tem o

direito adquirido a uma modalidade de aposentadoria com proventos integrais equivalentes ao seu vencimento em atividade, mas querem continuar ativos. A orientação do advogado para esse grupo de professores é não ter pressa, pois eles podem escolher com tranquilidade o momento de se aposentar. “Eles vão se aposentar sempre com as regras de hoje, mesmo que daqui a 10 anos. Quem tem o direito adquirido não precisa correr para se aposentar”, tranquiliza Francis. É o caso do professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Pedro Cezar Dutra Fonseca. Com 62 anos, ele já tem, há dois anos, direito adquirido com aposentadoria integral e paritária, após trabalhar por 39 anos em cargo público. Pedro procurou a assessoria jurídica para entender se o seu caso entraria na regra de transição, o que forçaria o pagamento de pedágio. Ele afirma que, se tivesse enquadrado na regra de transição, solicitaria a aposentadoria. “Eu revolvi não me aposentar, porque eu posso esperar mais um pouco. Tenho projetos na Universidade e vários orientandos. Vou esperar mais um pouco”, afirma.

Bordas alerta, contudo, que, independentemente da nova reforma proposta por Temer, existem hoje diversas modalidades de aposentadoria por conta das sucessivas emendas constitucionais surgidas desde 1998. Ocorre que, “nem todas as modalidades de aposentadoria atualmente vigentes garantem proventos integrais equivalentes à última remuneração”. Portanto, certamente existem servidores que tem direito adquirido a uma forma de cálculo do provento

que não é, necessariamente, a melhor. “É fundamental que o servidor procure assessoramento jurídico antes de se aposentar”, complementa Bordas.

A questão das pensões também causa aflição em alguns professores. Conforme a proposta de Reforma da Previdência, haverá um teto para evitar que o servidor acumule os benefícios de aposentadoria e pensão. Nestes casos, quem

A Reforma da Previdência também é a preocupação de professores que não cumprem os requisitos para se aposentar. Para esses docentes, a orientação é apenas lutar contra a Reforma, pressionando os deputados e participando das mobilizações sindicais.

já tem possibilidade de se aposentar deve correr para evitar perdas com a aprovação da reforma. “Essas pessoas têm optado por se aposentar, mesmo a contragosto. Se a nova regra for aprovada, não se pode garantir que não haverá problemas”, revela Francis Bordas. O advogado reforça que quem já acumula pensão e o seu provento de aposentado não deve ser atingido pelas mudanças, “pois estão em uma situação consolidada, é um ato jurídico perfeito”, tranquiliza.

Os professores que recebem o abono de permanência (benefício concedido ao docente que já pode se aposentar, mas segue na ativa) devem ficar atentos. O advogado da ADUFRGS alerta que o fato de ganhar o abono não indica que o docente está segurado para ter uma boa aposentadoria. Francis lembra que é necessário verificar em qual modalidade cada professor está inscrito. “Eles só estarão tranquilos se tiverem condições de se aposentar em uma das alternativas “boas”, ou seja, com proventos integrais”. Abono de permanência não é garantia de que está tudo em ordem. É uma garantia de que poderão se aposentar, mas pode ser de um jeito ruim. As pessoas tem que ter bem claro isso”, alerta. Com 54 anos e tempo de serviço para se aposentar, a professora da Escola de Enfermagem/UFRGS, Claudia Junqueira Armellini, é um bom exemplo neste caso. A docente está na categoria adjunto 4, já sendo beneficiária do abono de permanência. No entanto, ela deseja esperar a progressão na carreira, para ingressar na categoria “professor associado”, e só então se aposentar. Neste estágio da carreira, mesmo com as novas regras, é melhor esperar, já que, aposentando-se agora, a professora teria um prejuízo em torno de 25% no valor do benefício. “Me sinto ativamente bem para seguir trabalhando”, afirma a professora. A Reforma da Previdência também é a preocupação de professores que não cumprem os requisitos para se aposentar. Para esses docentes, a orientação é apenas lutar contra a Reforma, pressionando os deputados e participando das mobilizações sindicais.

Mais de 50 docentes deixam quadro da UFRGS em 2017

O elevado número de aposentadorias no quadro de docentes provoca grande impacto nos serviços ofertados pela UFRGS. Além do enxugamento momentâneo de pessoal, a Universidade deixa de contar justamente com os professores mais experientes e com mais cursos de capacitação. De acordo com dados da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP/UFRGS), de janeiro a junho deste ano, já foram concedidas 52 aposentadorias para docentes, praticamente o dobro do que foi registrado em 2016, no mesmo período. Durante todo o ano passado, houve 54 aposentadorias de professores. Somente no Departamento de Enfermagem, três

docentes deixaram o quadro no primeiro semestre. Para o segundo, há a previsão que mais um se aposente. A professora Claudia Junqueira Armellini reconhece que há uma sobrecarga de trabalho para suprir os postos que ficaram vagos. “A gente acaba se reorganizando para poder atender os alunos”, afirma.

Através da assessoria de imprensa, a UFRGS reconhece que o desligamento dos docentes, de certo modo prematuro, traz perdas para a Universidade, já que muitos dos que se aposentam estão em pleno desenvolvimento de suas atividades e pesquisas. “O elevado número de solicitações de aposentadorias reflete o momento atual do

Brasil e a preocupação que cada um tem com a Reforma da Previdência”, posiciona-se a Universidade. Para amenizar um pouco o impacto da saída de docentes com mais experiência, há a possibilidade de que, mesmo aposentados, eles continuem exercendo funções na pós-graduação como professores convidados.

A UFRGS informa que está realizando concursos para suprir as vacâncias ocorridas por aposentadorias ou por outras modalidades de afastamento definitivo. Todas as vagas abertas estão sendo supridas por concursos. No momento, sete editais estão abertos, para preenchimento de 81 vagas.

Aposentadorias de docentes na UFRGS



Fonte: Progesp/UFRGS



Reforma da Previdência pode ser votada em agosto

Diante da forte turbulência causada pelas delações da JBS, a reforma da Previdência freou seu ritmo no trâmite na Câmara dos Deputados. A proposta está pronta para votação em primeiro turno no plenário da Câmara, onde necessita de, no mínimo, 308 votos, em dois turnos, para ser aprovada. A intenção dos partidos da base aliada é votar a matéria em agosto, após o recesso parlamentar. O último movimento que a reforma teve no Congresso, antes do estouro da crise política, envolvendo Temer e seus aliados, foi a votação do substitutivo da reforma que aconteceu no dia 9 de maio.

A proposta de reforma da Previdência, aprovada na comissão especial, prevê regras diferentes, de acordo com a data de entrada no serviço público. Quem entrou depois da criação dos fundos de

previdência complementar, em 2012, vai seguir as regras dos trabalhadores do setor privado para o cálculo da aposentadoria: 70% da média das contribuições desde 1994, mais um percentual por ano que contribuir acima do mínimo de 25 anos. O teto é o mesmo do INSS, e o reajuste vai ser feito pela inflação. A idade mínima será de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres, com regra de transição começando com 60 anos para eles e 55 anos para elas – que já são as idades mínimas para aposentadoria dos servidores públicos.

Os que ingressaram na administração pública antes da reforma de 2003 têm duas opções. Pela regra atual, podem se aposentar com 60 anos se forem homens e 55 se forem mulheres, recebendo o valor do último salário – a chamada integralidade – com reajuste igual ao de

quem está na ativa – a chamada paridade. Com a nova reforma, para garantir a integralidade e a paridade, terão de trabalhar até os 65 anos, se forem homens, ou 62, se forem mulheres. Se preferirem se aposentar antes, com a idade prevista nas regras de transição, o valor da aposentadoria vai ser igual a 100% da média das contribuições desde 1994. Como essas contribuições são de 11% do total do salário, superando o teto do INSS, o valor da aposentadoria também poderá ficar acima do teto. Já quem entrou no serviço público depois de 2003 e antes de 2012 passa a receber 70% da média das contribuições desde 1994, mais um percentual por ano que contribuir acima do mínimo de 25. O valor da aposentadoria ainda poderá ser superior ao teto do regime geral. O reajuste ocorrerá pela inflação.





Reforma Trabalhista: Adeus, CLT

A Reforma Trabalhista foi aprovada no Senado Federal, em julho, por 50 votos favoráveis e 26 contra. A aprovação significa um retrocesso de mais de 70 anos, anulando direitos históricos do trabalhador brasileiro, conquistados a duras penas através da luta

sindical e dos movimentos sociais. De uma vez só, o Governo Temer e seus aliados conseguiram alterar mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O texto da reforma ainda regulamenta o trabalho intermitente, acaba com a contribuição sindical,

enfraquece a Justiça do Trabalho e permite que acordos coletivos prevaleçam sobre a legislação, entre outros pontos. Lembre-se: 2018 é ano eleitoral. Guarde bem o nome de deputados e senadores que retiraram direitos do trabalhador. Esses, não merecem seu voto.

**DEPUTADO E SENADOR
QUE NÃO RESPEITA
DIREITOS DO ELEITOR
NÃO MERECE VOTO**

Não deixa que roubem o teu futuro.



Risco iminente de paralisação

Por Araldo Neto

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul corre o sério risco de paralisar suas atividades em outubro, por falta de recursos orçamentários. A informação foi dada pelo reitor do IFRS, Osvaldo Casares Pinto, em entrevista à Revista Adverso. O orçamento de custeio da instituição permanece congelado, em valores reais, desde 2013. No entanto, nesse período, o IFRS ampliou em 50% o número de vagas, saltando de 12 para 18 mil alunos. Em 2017, o Orçamento da Rede Federal sofreu cortes em investimento e em custeio. Além disso, por conta da Portaria nº 28/2017, as instituições também tiveram que reduzir em 20% os valores referentes a serviços de manutenção (limpeza, vigilância etc.), diárias, passagens, locações e contratação de estagiários, em relação a 2016. O resultado foi a demissão de terceirizados e, em casos extremos, a redução da oferta de cursos e vagas. O Campus Porto Alegre, por exemplo, tinha previsão orçamentária para este ano de R\$ 2,2

milhões. Com os cortes, teve uma redução de R\$ 560 mil no orçamento. A situação é ainda mais dramática na verba destinada para investimentos. Em 2013, o IFRS possuía uma receita de R\$ 40 milhões para esse fim. Hoje, a verba disponível é inferior a R\$ 2 milhões. O montante deveria atender as demandas dos 17 campi da instituição, que ainda está em processo de expansão. “Estão nos matando de fome”, analisa o reitor. Para completar o terrível quadro, não há no horizonte perspectiva de melhora. Pelo contrário. Com a Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos, os Institutos Federais terão o orçamento executado em 2017 como base para duas décadas.

Diante do quadro insustentável, o reitor do IFRS, Osvaldo Casares Pinto, conclama toda a comunidade acadêmica e a sociedade gaúcha para se mobilizar em defesa dos Institutos Federais no Rio Grande do Sul. Confira a entrevista:

Adverso - Como está a situação do IFRS e o que a reitoria está fazendo para minimizar os efeitos do contingenciamento?

Oswaldo Casares Pinto – A questão do orçamento foi o tema principal da última reunião do Conselho de Representantes do IFRS (realizada em junho). Decidiu-se criar uma comissão do Conselho Superior, que vai discutir ações a serem realizadas pelo Instituto junto à comunidade. O objetivo é mobilizar a sociedade para procurar maneiras de reverter esse quadro. Será elaborada uma nota de repúdio pela maneira como o MEC e o Governo Federal tratam as instituições. Além disso, eu tenho ido, pessoalmente, em todos os campi para discutir com a comunidade acadêmica, apresentar a situação e conscientizar as pessoas sobre a gravidade do momento. Muitos não estão conscientes de quão grave é o quadro atual. Temos conversado com os servidores e os discentes, explicando a situação, mostrando os números e os possíveis impactos na continuidade das nossas atividades, inclusive com o risco de ter que paralisar as atividades. Temos feito um trabalho grande de busca de apoio político, tanto na Assembleia Legislativa quanto na Câmara Federal e Senado. O momento exige uma mobilização muito grande. Nossas instituições estão em risco, sob ataque. Estamos sofrendo uma redução progressiva do orçamento, na contramão da expansão. Nós temos vários campi que não estão consolidados e nós não vislumbramos a possibilidade de que atinjam suas metas no que se refere à cria-

ção de vagas. A realidade atual praticamente inviabiliza que as metas de expansão sejam atingidas.

Adverso – Há o risco de paralisação ainda este ano?

Oswaldo Casares Pinto – Sim. Analisando os gastos normais de anos anteriores, junto com a previsão de gastos para este ano, nossos recursos seriam suficientes para a instituição funcionar com normalidade apenas até outubro. Não passaríamos de outubro. No momento em que chegarmos ao limite dos nossos recursos, e não tivermos mais orçamentos disponíveis, nós vamos analisar se paramos o Instituto como um todo ou alguns campi. Essa é uma decisão que será tomada mais a frente.

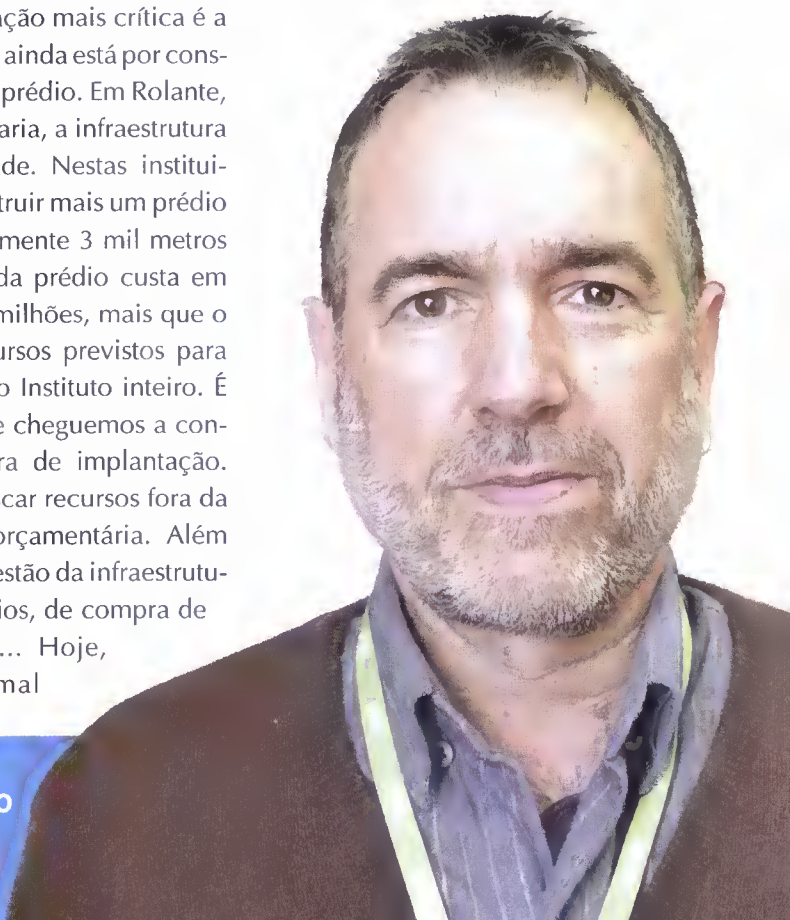
Adverso – E como fica a situação dos novos campi do IFRS?

Oswaldo Casares Pinto – Temos cinco instituições que estão com a estrutura pendente. Alvorada, Vacaria, Veranópolis, Rolante e Viamão. A situação mais crítica é a de Viamão, que ainda está por construir o primeiro prédio. Em Rolante, Alvorada e Vacaria, a infraestrutura está pela metade. Nestas instituições, falta construir mais um prédio de aproximadamente 3 mil metros quadrados. Cada prédio custa em torno de R\$ 6 milhões, mais que o dobro dos recursos previstos para investimento no Instituto inteiro. É improvável que cheguemos a concluir a estrutura de implantação. Precisamos buscar recursos fora da nossa matriz orçamentária. Além disso, tem a questão da infraestrutura de laboratórios, de compra de equipamentos... Hoje, os recursos mal

dão para manter as atividades do dia-a-dia.

Adverso – A situação é gravíssima e tende a piorar quando começar a vigorar a PEC do teto de gastos (Emenda Constitucional 95), que limita os gastos públicos no período de 20 anos. Correto?

Oswaldo Casares Pinto - Esse é o agravante. A Emenda Constitucional 95 representa a morte das instituições. A base para o congelamento é o orçamento executado em 2017. Ele vai servir de base para os próximos 20 anos. Se já é insuficiente para este ano, imagina para frente, já que vários campi não estão com suas estruturas consolidadas. Temos cursos iniciando agora, e o número de alunos vai aumentando, progressivamente, até que ocorra a integralização do curso, o que pode levar cinco anos nos cursos mais longos. A situação é gravíssima!



“A situação está se tornando insustentável”

Assista ao desabafo do reitor
Oswaldo Casares Pinto

Adverso - Diante deste cenário, é possível dizer que há o risco, ali na frente, da instituição sofrer privatização?

Osvaldo Casares Pinto - O que a gente nota é o retorno de uma política que existiu há duas décadas no País. Essa política tinha uma lógica de não investimento, por parte do governo federal, na educação. Isso levou ao sucateamento das universidades e, também, na época, das instituições que compunham a rede federal (cefetes, escolas agrotécnicas e as escolas vinculadas à universidade). Foi um período de enormes dificuldades em que as instituições ficaram sucateadas, com prédios fechados, por não ter nenhum recurso de investimento. Isso está se repetindo agora. Esses investimentos estão sendo minguados, cada vez mais, e nós estamos voltando ao quadro anterior. Essa é a nossa maior preocupação: que a gente retorne a uma situação que já foi crítica, de falta de investimento e de um descaso total com a

"Essa é a nossa maior preocupação: que a gente retorne a uma situação que já foi crítica, de falta de investimento total e de um descaso total com a educação federal. Infelizmente, no MEC, nós temos hoje as mesmas pessoas que estavam lá há 20 anos. Junto com elas, também estão voltando as mesmas políticas".

educação federal. Infelizmente, no MEC, nós temos hoje as mesmas pessoas que estavam lá há 20 anos. Junto com elas, também estão voltando as mesmas políticas. Isso nos deixa extremamente preocupados. Foi um período de

enorme dificuldade. É esse risco que está voltando.

Adverso - O que é possível fazer para reverter esse quadro?

Osvaldo Casares Pinto - É importante frisar a importância da mobilização das comunidades. É importante que todos os estudantes, docentes, técnicos da instituição, estejam conscientes da gravidade da situação e do risco que nossas instituições estão correndo. Nós precisamos fazer um movimento muito grande, fazer mobilizações em cada município onde estamos presentes. Conscientizar a população sobre a importância que elas têm para cada uma das comunidades, a contribuição que dão para o desenvolvimento local e regional, e que elas estão em risco. A mobilização de todos nesse momento é fundamental para que a gente reverta esse quadro, retorne à normalidade, consiga consolidar nossas estruturas e continuemos prestando o trabalho que, sabemos, é de grande relevância.

Wilson Conciani, diretor do Conif:

"A universidade é um projeto da sociedade, não dos reitores"

A situação financeira das Universidades e Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) também foi pauta da reunião do Conselho Deliberativo do PROIFES-Federação, realizada no começo de junho, em Brasília. Durante sua participação no evento, o diretor administrativo do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Wilson Conciani, lembrou que, atualmente, o Brasil vivencia um impasse no modelo de expansão das IFES. "A aprovação da emenda constitucional 95

coloca o País em outra direção em relação à que estava sendo tomada, limitando os recursos especialmente da área social, educação e saúde. Portanto, precisamos agora parar e discutir com a sociedade para onde queremos ir, se vamos continuar expandindo o ensino superior, com qual orçamento, o que implica um debate mais aprofundado sobre o tema e sobre o projeto de País, porque a universidade é um projeto da sociedade, não dos reitores", afirma. O dirigente do Conif destacou ainda que com o cenário de expansão acelerada dos campi, somado a cortes consecutivos em suas verbas discricionárias,

os Institutos Federais enfrentam hoje situações de restrições que afetam significativamente seu funcionamento. Segundo ele, os institutos mais antigos conseguem gerenciar e distribuir melhor os cortes de recursos, enquanto nos institutos criados mais recentemente as restrições de orçamento têm impacto maior, pois estes ainda estavam se estruturando em algumas das áreas. "Muitos desses campi ainda estão em obras, construindo salas e laboratórios. Em algumas unidades, voltamos às restrições da década de 1990, com os professores comprando giz, papel, e coisas do gênero", revelou.

A SITUAÇÃO DO IFRS

Orçamento em números



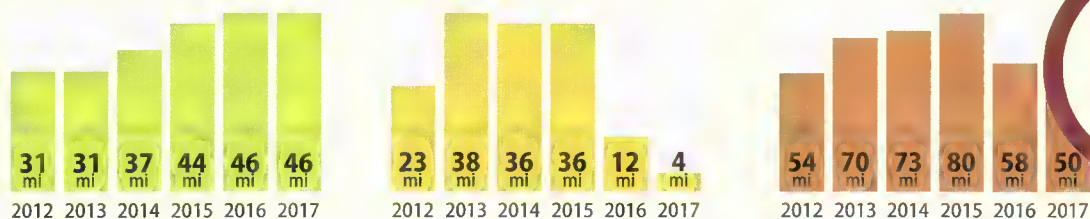
Evolução do Orçamento (R\$)

CUSTEIO + INVESTIMENTO = TOTAL

CUSTEIO
Valores para bolsas de ensino, pesquisa e extensão, viagens técnicas, material de consumo, segurança, limpeza, entre outros.

INVESTIMENTO
Valores para livros, equipamentos para laboratório, mobiliário, obras e outros.

TOTAL
Soma dos valores de custeio e investimento.



O corte em 2017

ORÇAMENTO PARA FUNCIONAMENTO (R\$)



ORÇAMENTO PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (R\$)



Relação entre Assistência Estudantil (milhões R\$) e Números de Alunos (mil)



Fonte: LOA, Siafi e Sistec



IFRS Campus Farroupilha apresenta excelência no ensino, **mas cortes** ✂ **limitam crescimento**

A Serra gaúcha abriga 32 das 500 maiores empresas da Região Sul. Suprir a demanda crescente de mão de obra qualificada deste importante polo industrial é uma das missões do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), que está presente nos três maiores municípios da Serra Gaúcha. Com apenas sete anos de história, o campus Farroupilha já é uma referência em qualidade de ensino na região, com cursos em áreas como metalmecânica e de plásticos.



Em 2015, o Ensino Médio integrado da Instituição obteve a melhor nota do ENEM entre todos os campi dos Institutos Federais da Região Sul do Brasil. Na Serra, ficou atrás apenas do centenário Colégio São José, de Caxias do Sul. O diretor do IFRS Campus Farroupilha, Leandro Lumbieri, avalia que o desempenho se deve à qualidade do corpo docente da Instituição. Dos 60 professores, 90% possuem mestrado e doutorado. “Isso mostra e prova para a comunidade que investir em educação dá resultado. Aqui, o professor tem horas para capacitação, horas para a preparação de aula, laboratórios equipados e auxílio de técnicos”, afirma.

O diretor lamenta que não haja possibilidade de

ampliar o número de alunos, para desafogar a demanda que, hoje, chega a sete candidatos por vaga. A meta era abrir mais dois cursos de nível médio integrado, mas o plano foi deixado de lado, momentaneamente, devido às restrições de orçamento. “Capital humano nós temos, mas falta espaço físico. O número de alunos é o máximo que podemos suportar”, lamenta. Segundo ele, se o Campus tivesse recursos para investir na construção de mais um prédio, com pelo menos oito salas de aula, poderia ofertar mais 400 vagas de ensino médio.

Lumbieri revela que a limitação de orçamento, agravada pelos suscetíveis contingenciamentos de recursos do MEC aos Institutos Federais, ainda não afetou a qualidade do ensino ofertado pelo IFRS Campus Farroupilha. Porém, a nova realidade econômica fez com que os alunos voltassem a “ficar dentro de sala de aula”. Visitas técnicas às empresas, por exemplo, foram interrompidas e, se os cortes persistirem, inevitavelmente, a qualidade do ensino será afetada, reconhece o diretor.

Parcerias beneficiam alunos e a infraestrutura do Campus



Leandro Lumbieri



O IFRS Farroupilha está instalado perto de grandes indústrias da Serra Gaúcha. A proximidade estimula parcerias entre as empresas e a instituição de ensino, com benefícios para ambos os lados. Para as empresas, as soluções apresentadas são muito mais vantajosas, financeiramente, se comparadas com um laboratório certificador, por exemplo. O professor da área de plásticos, Douglas Simon, destaca que, por meio de parcerias, consegue promover a inserção de alunos nos projetos de pesquisas e, também, obter a doação de equipamentos e estruturas para os laboratórios do Instituto Federal. “Manter o laboratório é tão caro quanto montá-lo. Nessa parte, as empresas ajudam bastante”, afirma.

Geralmente, as empresas procuram o IFRS Campus Farroupilha buscando a qualificação dos seus processos produtivos ou alguma inovação em produto. Recentemente, uma das maiores empresas de calçados de Farroupilha procurou o IF para resolver um problema no seu sistema de produção. Segundo o engenheiro da empresa, Eduardo Pratti, a parceria com o Instituto Federal cria alternativas científicas que auxiliam em demandas importantes da indústria. “Junta-se dois conhecimentos com um único objetivo. No final, os dois saem ganhando”, afirma. ■



Eduardo Pratti (E) e Douglas Simon (D)

Raio X IFRS Campus Farroupilha

60 Professores

45 Técnicos-administrativos

Mais de 1000 alunos

11 Cursos

Cursos Superiores

Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação, Tecnologia em Processos Gerenciais, Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Cursos técnicos

Informática Integrado ao Ensino Médio, Eletrotécnica, Plásticos, Metalurgia e Eletrônica

Cursos de Pós-Graduação

Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Alimentos

ABRE UMA
ESCOLA
CICHA UMA PRISÃO

Arte realizada pelos alunos do IFRS Campus Farroupilha no saguão do prédio administrativo

Entidades lançam conferência popular

De forma intempestiva e unilateral, governo muda a composição do FNE e abre espaço para lobbys da privatização das universidades federais.

Por Adriana Lampert



Representantes do ensino superior federal estão articulados para reagir a mais uma medida do MEC que cerceia a participação das entidades representativas da sociedade no Fórum Nacional de Educação. A ideia é pressionar o Governo para revogar a portaria 577/17, de 28 de abril, recorrendo inclusive aos deputados e senadores. O texto surpreendeu as entidades sindicais. Entre outras medidas, ele altera a composição do Fórum Nacional de Educação (FNE), excluindo atores importantes, como o PROIFES-Federação, única entidade sindical de representação dos professores federais, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras (Fasubra). Ao mesmo tempo, amplia a presença de entidades alinhadas com os interesses do empresariado, como o Sistema "S" e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A mudança, absolutamente intempestiva e unilateral, sem nenhum diálogo com a sociedade e, tampouco, com as entidades ligadas à educação, foi repudiada pelo PROIFES e mais de 20 organizações de trabalhadores. Juntos, eles assinaram uma nota contra a portaria e lançaram um novo fórum. A justificativa para a criação deste novo Fórum é, segundo Heleno Araújo, representante da

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) que a portaria do MEC "obstrui a participação do ensino superior e de outras entidades populares no FNE, retirando da sociedade o direito de contribuir na definição dos rumos da educação em nosso País".

"Fica claro que esta dissolução foi uma represália do Ministério da Educação (MEC), depois que a pasta perdeu a votação do Documento Referência (elaborado por uma comissão que incluía representantes do governo), que deveria ser discutido na próxima CONAE", observa a coordenadora de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), Adércia Bezerra Hostin. A entidade é uma das excluídas da composição do FNE.

A portaria estabelece que membros do colegiado, como as centrais sindicais (CUT, UGT, CGTB, CSB e Nova Central Sindical), deverão disputar vaga, além de conceder ao ministro da Educação, Mendonça Filho, a atribuição de decidir quem ingressa ou sai da composição ativa do Fórum. Outras entidades, como os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o movimento Todos Pela Educação, também deverão indicar seus representantes, mas ficará com o governo a decisão sobre qual deles de fato ocupará a cadeira.

Segundo o dirigente da CNTE, apesar de ter sido mantida na composição modificada, a entidade não permanecerá no FNE. Para o vice-presidente da ADUFRGS-Sindical, professor Lúcio Olímpio Vieira, que é membro do Conselho Deliberativo do PROIFES-Federação, não colocar o tema em debate e excluir, sumariamente, a representação das Instituições Federais de Ensino Superior foi uma ação autoritária, que desprezou a contribuição que os professores das universidades vêm oferecendo para a melhoria da qualidade da educação no País. Com a mudança, o governo passou a contar com 25 dos 34 membros do Colegiado do Pleno do FNE.

A coordenadora de Assuntos Educacionais da



CONTEE observa que, ao excluir entidades do ensino superior e manter apenas as representativas da educação básica e as organizações mantidas pela iniciativa privada, o governo abre brecha para o lobby da privatização das universidades federais. Aliás, o movimento pela privatização é antigo e só não ganhou força nos últimos dez anos em vista da ampliação de universidades públicas no País, principalmente no Nordeste.

As ações do governo vão além da reconfiguração da composição do Fórum. Uma das atribuições do FNE é a de coordenar a Conferência Nacional de Educação (CONAE), espaço coletivo, que tem como atribuição legal avaliar a execução do PNE e subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação para o decênio subsequente. No entanto, ao editar novo decreto de convocação da CONAE/2018, o governo retira a atribuição do FNE de definir as diretrizes gerais e organizacionais, especialmente na articulação entre conferências municipais e estaduais, o que passa a ser responsabilidade do governo, ficando apenas a parte de coordenação burocrática para o Fórum. Esta decisão está em flagrante desacordo com o artigo 6º da Lei 13.005/2014, informa Vieira. Assim, avaliando que esta foi uma forma de tirar o poder político do campo da sociedade, as entidades decidiram criar uma conferência de caráter popular, “que nos permita seguir com os debates (e a pressão) em torno da Educação”, justifica o dirigente.

Para enfrentar a situação criada pelo governo, o Comitê Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública promoveu, no último dia 7 de junho, nas comissões de Educação da Câmara e do Senado, em Brasília, o lançamento da Conferência Nacional Popular. O encontro deverá articular as entidades da sociedade civil para apresentar emendas ao Documento de Referência, que baliza a estrutura da Educação e que será discutido em todas as etapas da CONAE/2018.

O Decreto do Poder Executivo de 26 de abril de 2017, que convoca a 3ª Conferência, despreza o cronograma da CONAE/2018, que já estava em curso, em todo o País. O Ministério prorroga as datas para a realização das etapas municipais, estaduais e



Entidades excluídas do Fórum Nacional de Educação (FNE):

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CEDES – Centro de Estudos de Direito Econômico e Social

FORUMDIR – Fórum Nacional de Diretores de Faculdades

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

ANEC – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais

CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

FASUBRA – Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos de Ensino Superior e Públicas do Brasil

PROIFES – Federação dos Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

Fonte: CNTE

distrital, e deixa indefinida a etapa nacional da Conferência. “Em suma, ao redefinir o papel do FNE e interferir no andamento da CONAE, o governo exclui os professores universitários federais. Não sabemos sequer se o Documento de Referência, que serve de base para as discussões das etapas da Conferência, será mantido. Tudo passou a ser uma incógnita”, lamenta Vieira.

Essência do Fórum Nacional de Educação é debater a educação nacional e o cumprimento das metas previstas no PNE

Criado em 2010, para coordenar as conferências nacionais de educação, articuladas com as conferências regionais, estaduais e municipais que as precederem, o Fórum Nacional de Educação também foi pensado para organizar e debater as lutas em defesa do ensino público de qualidade. Sua principal função é acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE), lei sancionada em 2014, que fixa metas para melhorar a área até 2024 e que prevê a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação.

Atualmente, o setor educacional recebe o equivalente a 5,3% do PIB. “O FNE tem a função de balizar a ordenação dos projetos educacionais e assistir às especificidades das regiões, através das suas instâncias estaduais e municipais”, destaca a coordenadora de Assuntos Educacionais da CONTEE, Adércia Bezerra Hostin.

A CONAE foi criada em 2010, com o objetivo de democratizar o debate sobre o futuro da educação no País. Uma das contribuições mais importantes da CONAE foi discutir o sistema nacional de educação e as metas do PNE, que contemplam a diversidade, a inclusão, a ampliação da oferta de educação pública, a criação do conceito de custo aluno-qualidade, entre outras. “Nem tudo que passou na CONAE/2014 foi aprovado, mas grande parte do planejamento político estava ali”, recorda Lúcio Vieira.

O PROIFES-Federação, que participa do novo Fórum Nacional das entidades da sociedade, aprovou, em reunião do Conselho Deliberativo, realizada nos dias 7 e 8 de julho, a participação ativa na organização da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE). Também decidiu orientar seus sindicatos filiados a se fazerem presentes na organização da conferência popular e pressionar os prefeitos e gover-

Comunicação CONTEE



Adércia Bezerra Hostin

nadores a assumirem as organizações das conferências locais, bem como respeitarem os Fóruns estaduais e municipais. A Federação definiu como principal objetivo a ser debatido nas conferências, para o enfrentamento da questão educacional, é o descumprimento das metas previstas no PNE e os cortes de verbas destinados à educação. O tema será discutido durante o XIII Encontro do PROIFES-Federação, que será realizado no mês de julho, em Porto Alegre. ■



Comitê é um espaço plural e suprapartidário

Um espaço para debater a crise brasileira e defender a democracia. Esse é o propósito do Comitê em Defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito, criado em abril de 2016, pouco antes da consumação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Desde lá, o atuante grupo tem aglutinado cada vez mais pessoas e realizado diversas atividades, como manifestos e palestras, principalmente para analisar posições políticas em todas as esferas de

governo. Um dos idealizadores do Comitê, o cientista político Benedito Tadeu César, professor aposentado da UFRGS, explica que o objetivo foi criar um espaço propositivo e regular de informação, reflexão, debates e manifestações. Plural e suprapartidário, ele tem a participação de pessoas com diferentes visões ideológicas e políticas, reunidas para defender a democracia e as grandes mudanças sociais que o Brasil necessita.

Por Araldo Neto



Obra da artista Zoravia Betiol foi transformada em marca do comitê

O comitê foi formalizado no ano passado, após o lançamento de um manifesto em defesa da democracia e do estado democrático de direito, que contou com a participação e apoio de mais de 420 professores universitários, intelectuais, artistas, advogados, jornalistas e profissionais ligados às ciências e à cultura. Boa parte deles integra o coletivo, que realiza atividades por meios eletrônicos (grupos de Whatsapp e de email) e atividades presenciais. “Temos um leque muito grande de participantes. De anarquistas até liberais democratas, pessoas que não são de esquerda”, destaca Benedito. O Comitê se organiza de forma horizontal, sem estruturas burocráticas e vinculação a organizações já existentes. “Percebemos, na prática, que as pessoas estavam bastante a fim de criar um espaço de inflexão, mas não como espaço político tradicional”, afirma.

Entre as ações do Comitê, destacam-se notas, manifestos e documentos públicos, que são elaborados a partir de proposição de qualquer um de seus integrantes, mas nada é tornado público sem que seja consensualmente aprovado. Desde sua criação, o Comitê já desenvolveu mais de 30 ações em defesa da democracia e do estado democrático de direito. Entre elas, uma carta em apoio à Universidade e em repúdio à moção de censura à UFRGS, proposta por vereadores de Porto Alegre, pela realização de ato público em

Defesa da Legalidade e da Democracia. O grupo também se posicionou contra a violência da Brigada Militar nas manifestações de rua, em Porto Alegre, em maio do ano passado e em defesa da liberdade de expressão, de manifestação e de imprensa, no caso da ocupação da Secretaria da Fazenda por estudantes, e a prisão do jornalista Matheus Chaparini, do Jornal JÁ Porto Alegre, também em 2016.

A trajetória do Comitê é marcada pela realização de palestras e seminários para debater temas candentes da conjuntura política nacional e estadual. Em dezembro de 2016, o Comitê organizou o seminário “Como sair da crise? Alternativas para o Rio Grande do Sul”, com a participação de economistas e intelectuais gaúchos, como Claudio Accurso (professor aposentado UFRGS), Luis Augusto Fischer (escritor), Pedro



Betânia Alfonsin

Comunicação FMP

Evento de lançamento do manifesto, no Chale da praça XV



Divulgação Comitê

Fonseca (UFRGS), Carlos Henrique Horn (UFRGS), Adalmir Marquetti (PUC-RS), Josué Martins (auditor externo do TCE-RS) e César Filomena (TCE-RS). Do Seminário surgiu a proposta de elaborar uma carta aberta ao governador e vice-governador contra a extinção das fundações estaduais. O manifesto também apresentou alternativas para o equilíbrio das contas públicas. O documento, assinado por personalidades gaúchas, foi lançado no Chalé da Praça XV, centro de Porto Alegre, com a presença de um grande público.

Também idealizadora e integrante do Comitê, a socióloga e docente aposentada da UFRGS, Maria da Graça Pinto Bulhões, destaca que, além da defesa intransigente da democracia, o Comitê também se preocupa com o enfrentamento da crise econômica e a retomada do desenvolvimento, com foco na inclusão social e na soberania nacional. “É preciso formar um bloco social e político amplo no Brasil. Um bloco que não se restrinja a uma ou duas correntes políticas e visões ideológicas. Tem que ser uma ampla frente democrática”, afirma. Para ela, a consolidação da democracia depende da nossa capacidade de união em torno de práticas realmente participativas e democráticas, que fortaleçam o debate público e o espírito de solidariedade.

A professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do RS e Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), Betania Alfonsin, esclarece que também tem um pacto de respeito nas relações entre os participantes. “Neste momento trágico da história brasileira, de grande regresso social, jurídico, político e econômico, eu acho que qualquer trincheira de luta que articule atores, como os que estão no Comitê, é um espaço vital, da maior importância. Eu me sinto muito fortalecida participando desse espaço de troca intelectual, de fortalecimento e empoderamento, para seguir na luta pelo resgate da democracia no Brasil”, afirma.

A ex-reitora do IFRS, Cláudia Schiedeck, salienta que o Comitê é um canal importante para a discussão de temas que estão na pauta dos servidores públicos. “É um espaço de resistência fundamental, para a criação de um contraponto à narrativa oficial em torno da questão política brasileira”, diz. A Adufrgs-Sindical está representada no Comitê pelos diretores Lúcio Vieira (IFRS Campus Porto Alegre) e Eduardo Silva (IFRS Campus Feliz). ■



Zoravia Betiol e Hique Gomez assinaram o manifesto.



Benedito Tadeu (E) e Maria da Graça Bulhões (D)



Cláudia Schiedeck

Um passo atrás

Por Adriana Lampert

Evasão escolar, índices fracos e descompasso entre o conteúdo e a realidade dos alunos são apenas alguns dos desafios apontados na proposta de reforma do Ensino Médio, que nasceu de um processo muito pouco discutido. Pelo menos esta é a opinião de muitos educadores, que receberam a notícia da Medida Provisória nº 746, de 2016, com uma série de críticas no que se refere à sua fragilidade.

São diversos os desafios para a implementação da segmentação de disciplinas de acordo com áreas do conhecimento e a implementação gradual do ensino integral nas escolas brasileiras.

A oferta de escola em tempo integral é uma das metas do Plano Nacional da Educação (PNE). A previsão é implantá-la em, pelo menos, 50% das escolas públicas do País e atender, no mínimo, 25% dos alunos matriculados na educação básica (Meta 6). A proposta de reforma do ensino apresentada pelo governo federal, por meio de Medida Provisória, que não foi debatida com a sociedade, volta-se tão somente ao ensino médio. Longe de ser um caminho para a superação dos problemas graves da educação básica, apresenta-se como uma espécie de retorno ao já superado - por ter fracassado - modelo adotado no Brasil até a década de 1980. Na avaliação do vice-presidente da ADUFRGS-Sindical, professor Lúcio Olímpio Vieira, a medida é precipitada, passa por cima de outra necessidade mais urgentes, previstas no PNE, desconsidera a necessidade do debate nacional sobre o tema e impõe ações que têm pouca ou nenhuma viabilidade no quadro atual de crise. Para ele, é pouco provável que a proposta seja efetivamente implementada. “E se for, não irá resolver os problemas existentes”, ressalta.

O dirigente da ADUFRGS questiona a aplicabilidade da reforma, citando a escassez de recursos, que pode ser confirmada observando-se os números anunciados pelo governo para a instalação do ensino integral no Rio Grande do Sul: “conforme definido na Portaria 727/2017 do MEC apenas 16 estabelecimentos, em um universo de mais de 1.100 escolas estaduais gaúchas, que oferecem Ensino Médio, serão contemplados”. Com isso, serão atingidos aproximadamente 7,6 mil alunos, frente a mais de 300 mil matrículas registradas no Estado.

Para piorar, a maioria dos 5.570 municípios brasileiros tem uma só escola que oferece o Ensino Médio regular ou educação profissionalizante. São 2.967 cidades (53% do total), que estão nessa situação. A MP prevê o atendimento de apenas 367 estabelecimentos de ensino.

“A implementação de ensino integral será aplicada



Professor Lúcio Vieira

a 165 mil alunos em todo o Brasil, enquanto o número de estudantes matriculados no Ensino Médio brasileiro alcança a marca de 7 milhões”, compara Vieira. O dirigente entende que a antecipação da Medida Provisória, sem que houvesse uma discussão junto à opinião pública, serve mais para propaganda de governo do que, efetivamente, para promover uma alteração benéfica para o sistema.

Fato é que os estados brasileiros ainda estão em fase de discussão sobre como implementar a transformação de suas redes, principalmente nos municípios onde é escasso o número de escolas e de recursos, em comparação à demanda, em volume de alunos. Enquanto isso, a Base Nacional Comum Curricular



A MP que trata da reforma do ensino médio em discussão na Comissão de Educação da Câmara

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

(BNCC) aguarda aprovação, como condição fundamental para que a reforma ocorra, na prática. "O governo anuncia muita coisa, mas, na prática, pouco deverá ser executado, gerando um impacto insignificante." Uma vez aprovada a BNCC até o final de 2017, o prazo de implementação é de até dois anos. "Se fosse uma reforma de porte da que é necessária, seria viabilizada de forma mais responsável." Por outro lado, o governo não voltou sua atenção para a execução do Plano Nacional de Educação (PNE), que, por sua vez, deveria ser o objetivo mais importantes do trabalho desenvolvido pelo Ministério da Educação, avalia Vieira.

Dentre os empecilhos que a reforma do Ensino Médio deverá enfrentar, um dos principais é a expansão da carga horária das atuais 800 horas/ano (quatro horas diárias) para 1 mil horas/ano (cinco horas diárias), em um prazo máximo de cinco anos, a contar de março de 2017, uma vez que demandará flexibilidade de turmas e espaço físico, que não condizem com a realidade brasileira. "Tudo isso dificulta a implementação de uma reforma sólida e significativa, enquanto, na contramão, o governo não contempla o custo aluno-qualidade, estimando quanto se deve investir em educação para que haja resultados mais positivos."

Quanto aos itinerários formativos (parte flexível do currículo com possibilidade de escolha do aluno), Vieira acredita que – na forma como está sendo

Rovena Rosa / Agência Brasil



Manifestação contra a reforma do Ensino Médio em São Paulo

proposto – eles são de difícil execução, pelo fato de a maior parte das escolas, pelo menos no Rio Grande do Sul, não terem capacidade de oferecer mais do que duas alternativas. "Isso significa que, na prática, o aluno não teria exatamente uma escolha, uma vez que a oferta seria limitada". Além disso, destaca o dirigente, oferecer educação profissional nesta etapa do Ensino é uma forma de descaracterizar a formação geral do aluno, que passaria a ser reduzida a 50%. "Ou seja, ao propor um retorno ao modelo aplicado na década de 1970, o governo dá um passo atrás na história do ensino brasileiro", lamenta Vieira.



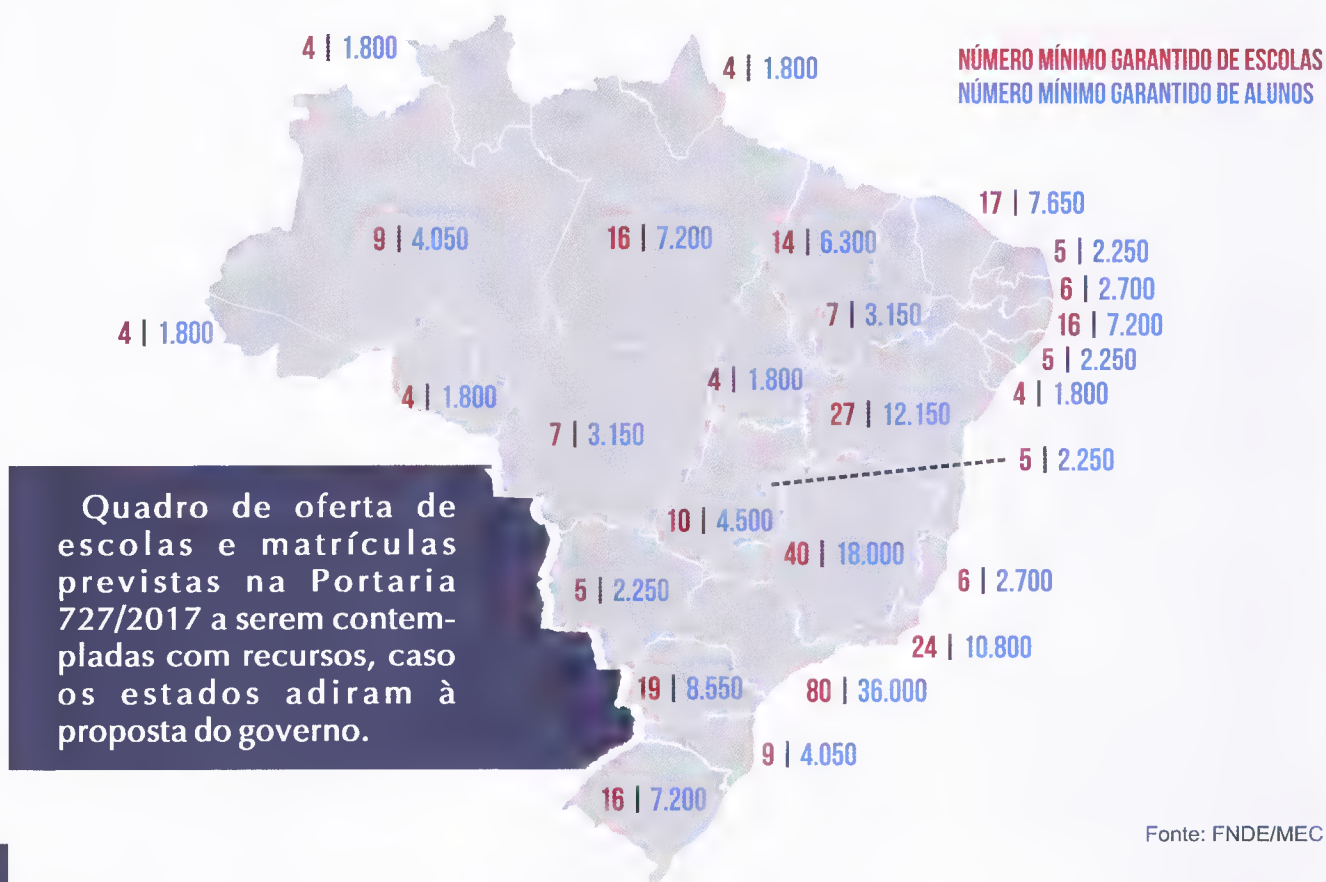


Escolas gaúchas esperam definição da Base Nacional Curricular

Se depender do Conselho Estadual de Educação (CEED/RS), as instituições de ensino públicas e privadas do Rio Grande do Sul devem ficar de fora do cronograma de implementação, no sistema estadual de ensino, da Lei 13.415 da Reforma do Ensino Médio. No último dia 9 de maio, o CEED/RS aprovou o Parecer 2/2017, que ressalva que as instituições não devem implementar as mudanças previstas na Reforma antes da definição da Base Nacional Curricular (BNCC). No caso daquelas que já fizeram as mudanças, o CEED orienta que façam a reinserção dos componentes curriculares retirados da grade. A maioria dos casos que chegara ao conhecimento do

Conselho Estadual de Educação diz respeito às disciplinas de Filosofia, Sociologia e Língua espanhola.

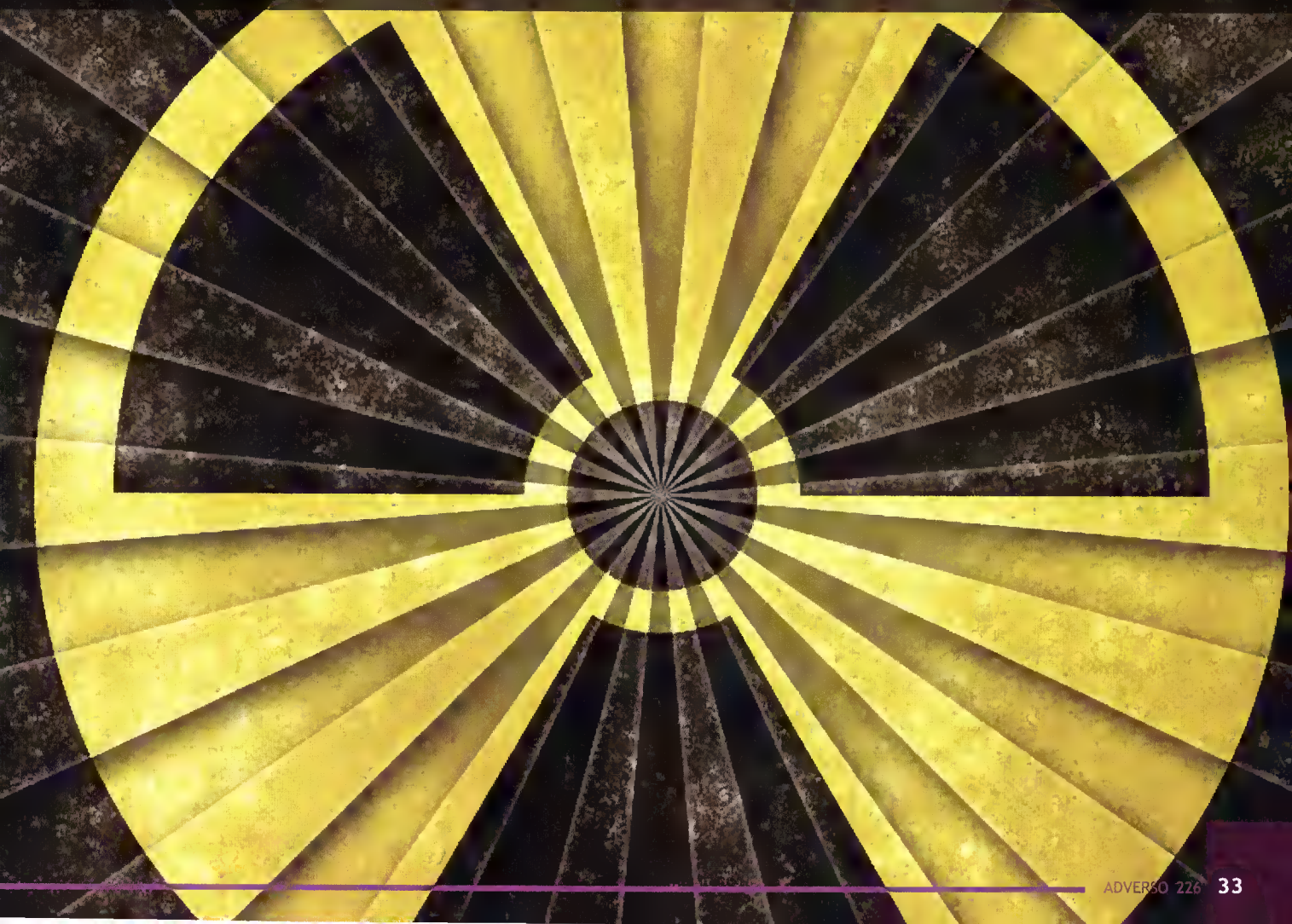
“Nossa torcida é que a reforma não aconteça”, reforça a professora da Faculdade de Educação da UFRGS e presidente da Associação de Escolas Superiores de Formação de Profissionais do Ensino do Rio Grande do Sul, Simone Valdete dos Santos. “Esta reforma, do jeito que foi colocada, mostra todo um descomprometimento do governo, e soa mais como uma cortina de fumaça para desviar a atenção dos educadores da discussão da Base Nacional Curricular, que retirou o Ensino Médio da educação básica”, dispara a docente.



Moeda de troca

Por Daiani Cerezer

Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Renato Machado Cotta, rejeitou indicação política para a direção da Nuclebrás Equipamentos Pesados (NECLEP) e foi demitido do cargo.



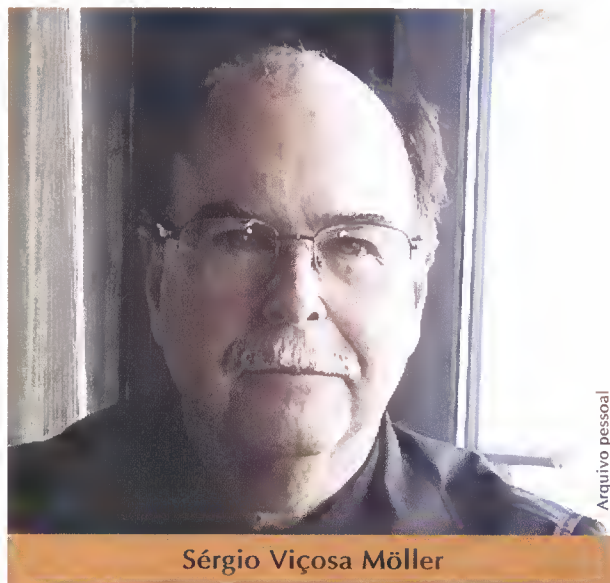
Assegurar o número de votos necessários para a aprovação da Reforma da Previdência não livrou nem mesmo a área nuclear brasileira. Entre as vítimas das negociações do governo Temer com parlamentares contrários ao projeto está o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Renato Machado Cotta, que foi exonerado do cargo depois de se opor ao loteamento de cargos na diretoria da NUCLEP.

Criada em 1975, a NUCLEP é uma empresa vinculada à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) como um braço do Programa Nuclear Brasileiro. Além de desenvolver projetos, fabricar e comercializar equipamentos e componentes pesados para usinas termelétricas e hidrelétricas, atende diferentes segmentos da indústria nacional, em áreas como a construção naval, defesa, petroquímica, siderúrgica e automotiva. O submarino nuclear da Marinha e a usina de Angra 3, em Itaguaí (RJ), por exemplo, estão sendo construídos com equipamentos fabricados pela NUCLEP.

Em março, o governo chegou a indicar nomes para a direção da Nuclebrás, mas eles foram rejeitados pela comissão técnica interna de elegibilidade da empresa, por estarem em desacordo com a nova lei das estatais, sancionada pelo próprio Temer no ano passado. A norma veda a nomeação de pessoas que, nos últimos três anos, exerceram funções em instâncias decisórias de partido político ou em trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral.

Como, em caso de empate, a CNEN teria o voto de minerva no conselho da NUCLEP, o governo decidiu se antecipar e exonerou o presidente Renato Cotta, que, sabidamente, era contrário às nomeações.

Segundo o professor Titular do Departamento de Engenharia Mecânica da UFRGS, Sérgio Viçosa Möller, "Cotta é um dos mais respeitados cientistas na área de engenharia de nosso País". Professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE/UFRJ), ele iniciou sua carreira no Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), um dos órgãos da CNEN, possui grande capacidade técnica, conhecimento científico e experiência de gestão, além de ser membro da Academia Brasileira de Ciências.



Arquivo pessoal

Outro motivo de inconformidades é que Cotta foi substituído "por alguém que não é um pesquisador da área nuclear e não está sequer na base Lattes". O atual presidente da NUCLEP, Paulo Pertusi, nomeado pelo presidente Temer, é oficial da reserva da Aeronáutica, onde chegou ao posto de Major-Brigadeiro do Ar. Antes de ser nomeado para a CNEN, era o titular da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Comunicações e Inovações (MCTIC). "Comandar uma empresa que desempenha um papel estratégico de extrema importância para o País exige conhecimento e experiência. Uma indicação política para este cargo é um ato irresponsável do governo", protesta o professor da UFRGS.

Möller acredita que a verdadeira motivação do governo Temer para a exoneração de Cotta é a "falta de cargos para satisfazer e atender a todos os interesses políticos em jogo." E o principal, neste momento, é a reforma da Previdência. Para o professor, "os fatos se explicam por si mesmos. O setor nuclear é um setor delicado e estratégico para qualquer nação, especialmente para o Brasil. A substituição de um especialista com reconhecimento de toda a comunidade científica por uma pessoa sem tradição na área nuclear quebra uma tradição de indicação de técnicos para o setor nuclear e transforma este importante órgão em moeda de troca para o jogo político".

Möller trabalhou durante onze anos na CNEN, antes de prestar concurso para o extinto Departamento de Engenharia Nuclear da UFRGS, em 1989

/1990. Foi colega de Cotta nos 80, no Instituto de Engenharia Nuclear. “Não tenho dúvida em afirmar que sua escolha para esse cargo havia sido extremamente benéfica para nosso País. Desconheço que ele tenha ambições políticas de qualquer matiz”, lamenta o professor.

A opinião é compartilhada pelo professor Antonio

José da Silva Neto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que considera Cotta “um líder científico em sua área de atuação, com elevadíssima reputação no Brasil e no exterior. Possui uma longa e admirável carreira, com diversos livros e artigos publicados, além de um elevado número de alunos orientados nos níveis de graduação e pós-graduação”.

Saiba mais sobre a Comissão Nacional de Energia Nuclear



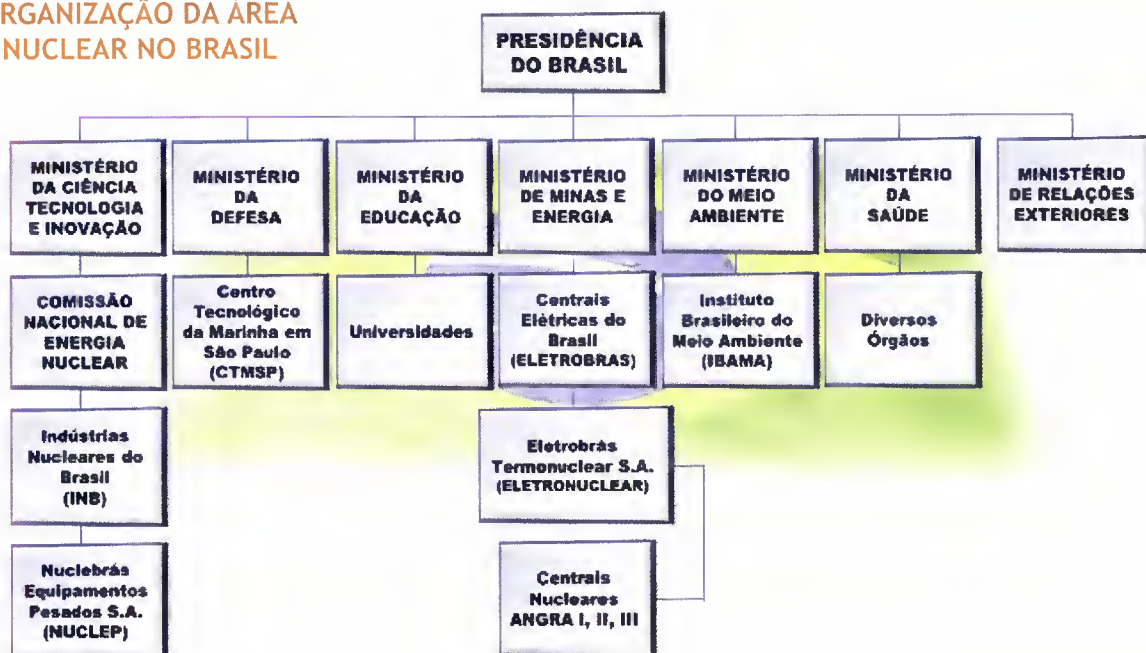
A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), criada em 1956 e estruturada pela Lei 4.118, de 27 de agosto de 1962, para desenvolver a política nacional de energia nuclear.

Órgão superior de planejamento, orientação, supervisão e fiscalização, a CNEN estabelece normas e regulamentos em radioproteção e é responsável por regular, licenciar e fiscalizar a produção e o uso da energia nuclear no Brasil.

A CNEN investe também em pesquisa e desenvolvimento, buscando um uso cada vez mais amplo e seguro das técnicas do setor nuclear, e seu foco é garantir os benefícios da energia nuclear a um número cada vez maior de brasileiros, sempre com segurança na operação dos materiais e equipamentos radioativos.

Suas 14 unidades, dentre institutos de pesquisa, laboratórios, agências distritais e escritórios regionais, estão distribuídas por nove estados brasileiros e sua sede localiza-se no Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO DA ÁREA NUCLEAR NO BRASIL



Atuação da CNEN

Os campos de interesse da área nuclear não se limitam, no Brasil, ao desenvolvimento de tecnologias relacionadas com a geração de energia elétrica e ao funcionamento e operação das term nucleares. Nesta perspectiva, a CNEN mantém atividades de pesquisa, orientação, planejamento, regulação e fiscalização, atuando em diversos setores que têm interação com a área nuclear:

- geração de energia elétrica
- medicina nuclear
- aplicações na indústria, agricultura e meio ambiente
- pesquisa e ensino relacionados a tecnologias aplicadas
- exploração e pesquisa em beneficiamento das reservas minerais nucleares (urânio, tório etc.)
- defesa, especialmente relacionado à propulsão nuclear
- tratamento e armazenamento de rejeitos radioativos
- segurança e proteção radiológica da população

A organização da área nuclear no Brasil envolve responsabilidades compartilhadas por um grande número de entidades, por sua vez subordinadas a diferentes órgãos e ministérios.

A usina de Angra 3, na qual atua a estatal NUCLEP

Escopo da CNEN

A estrutura da CNEN também reflete a amplitude de seu escopo de atuação, estando, atualmente, suas atividades finalísticas distribuídas entre duas grandes áreas: Pesquisa e Desenvolvimento e Radioproteção e Segurança, cujas atividades e responsabilidades estão desdobradas em várias unidades situadas em diferentes pontos do país.

Além dos institutos de pesquisa, subordinados à Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD), a CNEN controla, por meio da Diretoria de Radioproteção e Segurança (DRS), o Laboratório de Poços de Caldas (LAPOC), dois escritórios de representação em Brasília (ESBRA) e Porto Alegre (ESPOA) e quatro postos distritais em Angra dos Reis (DIANG), Caetité (DICAIE), Fortaleza (DIFOR) e Resende (DIRES).

Os Centros Regionais de Ciências Nucleares no Nordeste (CRCN-NE) e Centro-Oeste (CRCN-CO) estendem a atuação da CNEN para essas regiões. Enquanto o CRCN-NE, em Recife, prioriza atividades voltadas para pesquisa, desenvolvimento e inovação; formação de recursos humanos e produtos e serviços na área nuclear e correlatas, a regional Centro-Oeste (CRCN-CO), localizada na cidade de Abadia de Goiás, foi criada com o objetivo principal de monitorar os depósitos definitivos dos rejeitos oriundos do acidente radiológico de Goiânia, ocorrido em setembro de 1987, e de manter um acervo histórico das ações e soluções tecnológicas adotadas.

Fonte: www.cnen.gov.br



ADUFRGS-Sindical realiza auditoria nas contas do exercício 2016

Cumprindo o que determina o estatuto sobre transparência de contas, a ADUFRGS-SINDICAL realiza anualmente auditoria contábil para analisar cada exercício fiscal. Em maio, o relatório de 2016 foi apresentado pela empresa Baker Tilly à diretoria do Sindicato. Segundo o documento, as demonstrações contábeis analisadas apresentam dados adequados em todos os aspectos relevantes, quanto à posição patrimonial e financeira.

O diretor-geral da ADUFRGS, José Cláudio Risse, salienta que a auditoria serve como um atestado para demonstrar a realidade financeira do Sindicato. “A transparência das contas está prevista no nosso estatuto. É a terceira empresa de auditoria que contratamos para fazer este serviço”, afirma. No documento, assinado pelo auditor Sérgio Fioravanti, foram analisadas as demonstrações contábeis da ADUFRGS, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa durante o exercício 2016, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

É com base no relatório apresentado pela empresa de auditoria que o Conselho Fiscal da Adufrgs elabora

o seu parecer. Depois, a prestação de contas é submetida à Assembleia Geral dos associados. Segundo Risse, o parecer do Conselho Fiscal será publicado no site da ADUFRGS-SINDICAL, assim como os balanços mensais.

José Cláudio Risse



Exposição Pro Proposições homenageou 25 anos do PPGAV da UFRGS

O Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV) da UFRGS está completando 25 anos. Para homenageá-lo, as professoras titulares do Departamento de Artes Visuais da Universidade, Icleia Borsa Cattani e Maria Amelia Bulhões, organizaram a exposição "Pro Proposições", no MARGS, entre 2 de maio e 25 de junho.

Por Daiani Cerezer



Um conjunto complexo e coerente de experimentações e reflexões constituiu a mostra, composta por obras de artistas professores do PPGAV. O título “Pro Proposições” colocou em evidência as posições individuais e originais de cada artista. O “pro”, representando a defesa da arte contemporânea e de seu caráter experimental: a favor da prática artística como pesquisa, por uma docência aberta, investigativa e pluralista. E “proposições”, indicando que cada artista toma sua posição no mundo a partir de sua obra.

A mostra apresentou diferentes posturas, que se interconectavam, em relação à arte e a seu sistema. Elas apontavam caminhos diversos, entre os quais a problematização da tradicional categoria da paisagem, a criação de processos de relacionamento e interferências no espaço urbano, a experimentação de novas figurações, a exploração das imagens em movimento, a investigação das relações entre figura e texto, e a criação de ritmos e serialidades.

Foram selecionadas obras dos artistas Alberto Semeler, Carlos Pasquetti, Claudia Zanatta, Elaine Tedesco, Elida Tessler, Eduardo Vieira da Cunha, Flávio Gonçalves, Hélio Fervenza, Maria Ivone dos Santos, Maria Lucia Cattani, Marilice Corona, Maristela Salvatori, Nilza Haertel, Romanita Disconzi, Sandra Rey e Tetê Barachini.

A professora Icleia explica que “a homenagem a esses artistas surgiu pela importância do trabalho que desenvolveram ou desenvolvem como docentes orientadores junto ao PPGAV”. Como cada artista desenvolveu uma trajetória própria, “selecionamos obras que trouxessem pistas sobre os processos desenvolvidos por cada um” e que “estabelecessem correspondências entre si, abrindo possibilidades de diálogos que pudessem sensibilizar e instigar o público”.

Outro conceito norteador da mostra foi a contemporaneidade. “Ao mesmo tempo, o trabalho curatorial, meu e da Maria Amelia, procurou estabelecer uma relação leve e clean entre as obras e os espaços, abordando-as como monumentos e não como exemplos de um conceito, ou seja, proporcionando-lhes as melhores possibili-

Manoel Reis



As curadoras: Icleia Cattani e Maria Amelia Bulhões

PRO POSI ÇÕES

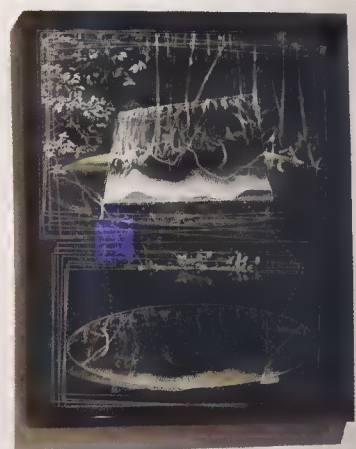
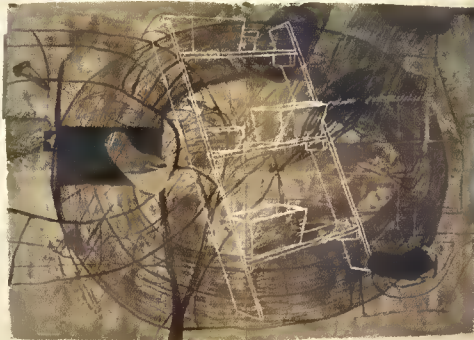
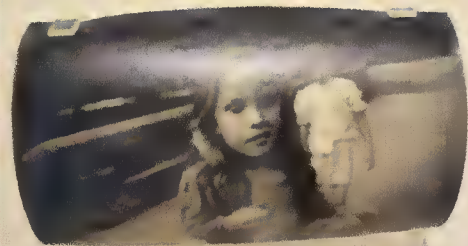
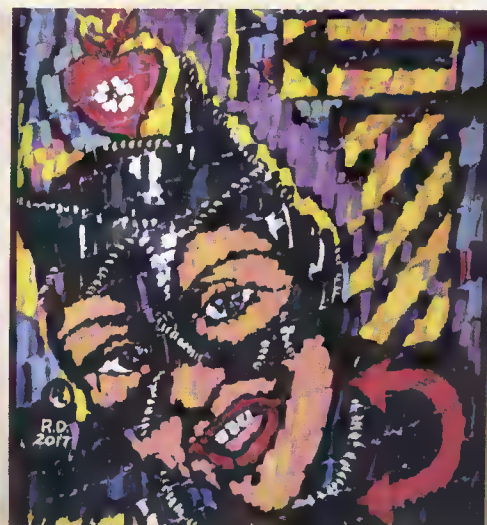


Curadoria de

Icleia Borsa Cattani
Maria Amelia Bulhões

Exposição comemorativa dos 25 anos
do PPG Artes Visuais da UFRGS

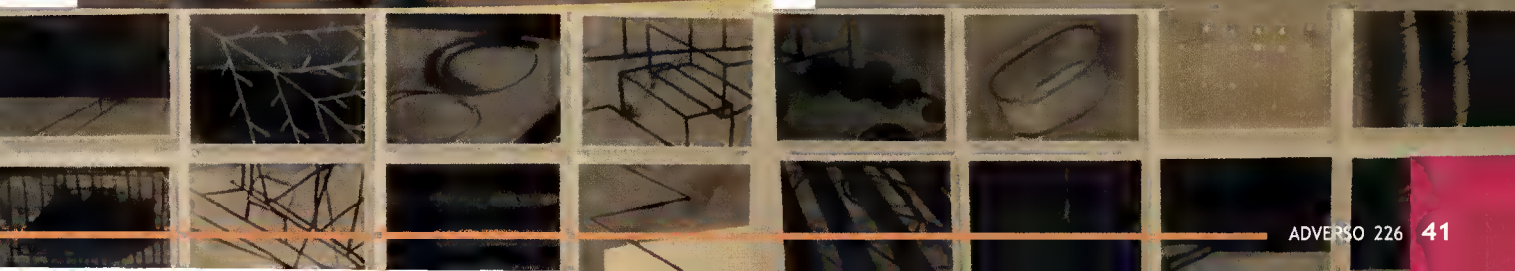
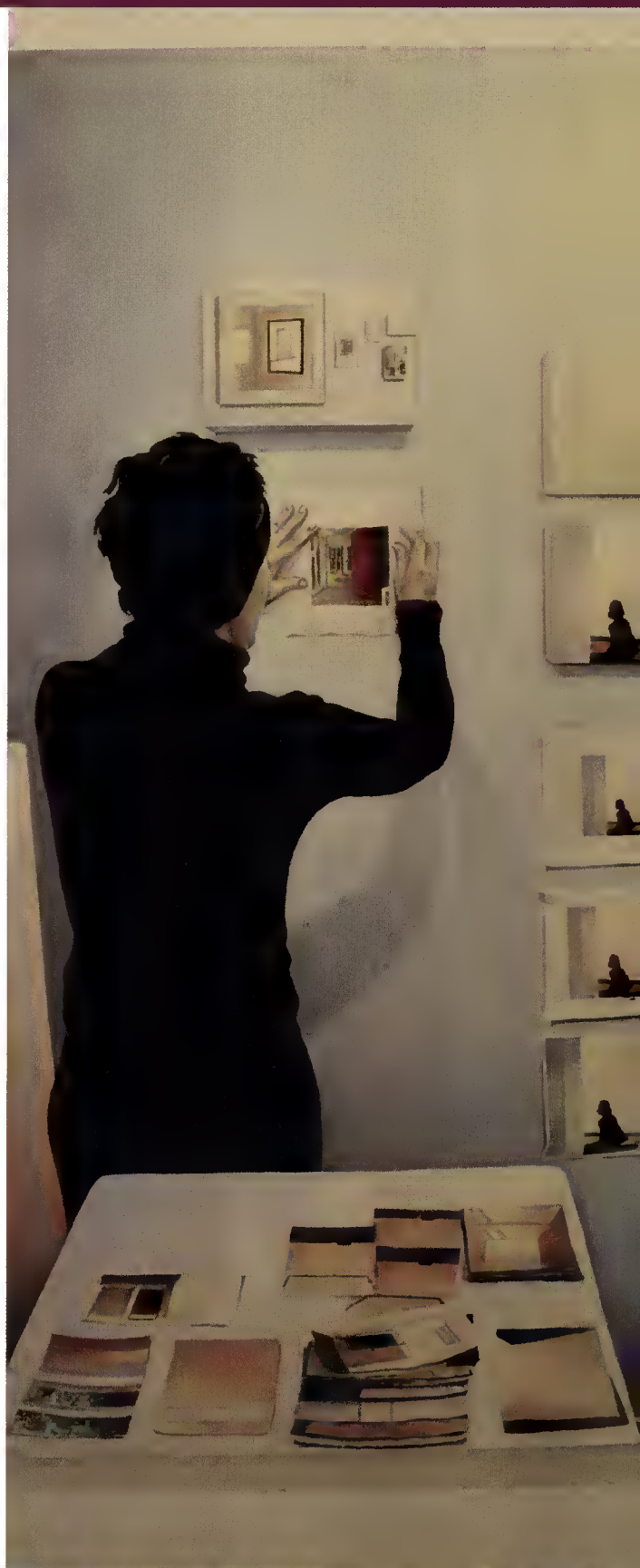




dades de exibição e de valorização”, relata a professora. Ela ressalta, também, “que o propósito maior foi trazer a público esse conjunto forte e expressivo de artistas contemporâneos, bem conhecidos na comunidade, mas que nem sempre são associados à UFRGS, onde eles desempenham um papel fundamental como professores de Poéticas Visuais, como pesquisadores e na orientação de trabalhos artísticos e acadêmicos de estudantes de todos os níveis de formação”.

Segundo Maria Amélia, “um dos aspectos que nortearam nossa concepção curatorial foi colocar em evidência o pensamento dos artistas, com ênfase nos aspectos processuais, da experimentação e da pesquisa, oportunizando ao expectador ir além de um olhar superficial para obras acabadas. Pensamos que é importante aproximar o público das questões que norteiam as práticas artísticas na contemporaneidade”.

A mostra foi instalada com o objetivo de criar “certas conversas entre as obras”. Porém, mesmo em seus diálogos, “as obras se diferenciavam bastante entre si, explorando tendências da arte contemporânea e deixando ver que participam de um mundo atual, complexo e multifacetado”. Mais do que os resultados finais, ela evidenciou procedimentos e experimentações, colocando diante do público obras densas e produtoras de novos sentidos.





Revolução Russa , 100 anos de história

Revolução Russa e a luta por emancipação

Por Augusto César Buonicore

Historiador, presidente do Conselho Curador da Fundação Maurício Grabois. E autor dos livros *Marxismo, história e a revolução brasileira: encontros e desencontros*, *Meu Verbo é Lutar: a vida e o pensamento de João Amazonas* e *Linhas Vermelhas: marxismo e os dilemas da revolução*. Todos publicados pela Editora Anita Garibaldi. Augusto foi um dos palestrantes do seminário “100 Anos da Revolução Russa”, realizado entre maio e junho em Porto Alegre.



A Revolução Russa foi um dos acontecimentos mais importantes do século XX. Ela traçou um fio vermelho que percorreu mais de sete décadas da nossa história e alimentou em milhões de pessoas de todos os continentes a esperança de um mundo melhor. Representou uma virada histórica, abrindo uma nova etapa nas lutas emancipatórias. No entanto, a mídia monopolista continuará apresentando-a como um acontecimento nefasto, um dos piores que a humanidade presenciou. Apresentará as organizações e países que se referenciam nela como totalitários, pouco se diferenciando do nazismo.

A burguesia e seus ideólogos sempre procuraram demonstrar que todas as conquistas econômicas, políticas e sociais alcançadas no século passado estavam em vias de serem conseguidas de maneira mais agradável e menos conflituosa através do capitalismo liberal. A Revolução Russa, portanto, teria posto um fim ao desenvolvimento natural e pacífico, impondo um desvio de rota sangrento que atrasou o caminho da humanidade.

Como era o mundo antes da Revolução Russa, que teria sido violentado pelas baionetas dos bolcheviques naquele outubro de 1917? Em primeiro lugar, era um mundo em guerra. Estávamos em meio a uma das maiores hecatombes vividas até então. Refiro-me à Primeira Grande Guerra Mundial, que durou 4 anos e na qual mais de 10 milhões de pessoas morreram. Uma tragédia que a esquerda socialista – especialmente os bolcheviques – fizeram tudo para impedir.

Ironicamente, aqueles liberais e socialistas reformistas, que acusavam os bolcheviques de apologistas de métodos violentos, e que se diziam defensores de saídas pacíficas para os dilemas do capitalismo, foram os primeiros a apoiarem a guerra imperialista planetária, insuflando o ódio entre os povos e santificando o massacre mútuo em nome da segurança e da honra nacionais.

Voltemos ao mundo de antes da Revolução Russa. Naquela época, a grande maioria dos países da África e Ásia era dominada por potências capitalistas. Foi justamente o bolchevismo vitorioso que conclamou os povos coloniais a lutarem por sua independência. Logo depois da morte de Lênin, em 1924, um dirigente da URSS escreveu: “a questão nacional, antes de

Lênin, se reduzia apenas a um grupo restrito de problemas, que diziam respeito, no máximo, às nações ‘civilizadas’. Irlandeses, húngaros, poloneses, finlandeses, sérvios e algumas outras poucas nacionalidades da Europa: este era o grupo de povos (...) por cujo destino se interessavam os heróis da II Internacional. Dezenas e centenas de milhões de seres humanos pertencentes aos povos da Ásia e da África, submetidos ao jugo nacional na sua forma mais brutal e mais feroz, não eram levados em consideração. Não eram colocados num mesmo plano brancos e negros, ‘civilizados’ e ‘não civilizados’ (...). O leninismo desmascarou esta disparidade escandalosa; rompeu a barreira que separava brancos e negros, europeus e asiáticos”.

Essa mesma percepção (da revolução russa como propulsora da libertação dos povos coloniais e não brancos) teve as classes dominantes e seus ideólogos no centro do Império. Vejamos um trecho da obra de Lothrop Stoddard – “A maré montante dos homens de cor contra a supremacia branca mundial” –, publicado em 1920 e que foi um dos best-sellers norte-americanos daqueles anos: “O bolchevismo é um perigo, de certa forma, sem precedentes na história do mundo. Não é meramente uma guerra contra um sistema social, é uma guerra contra a nossa civilização. (...). O bolchevismo (...) não só fomenta a revolução social dentro do próprio mundo branco, mas também procura alistar as raças coloridas em seu grande assalto à civilização (...). Em todos os países do globo, na Ásia, na África, na América Latina e nos Estados Unidos, os agitadores bolcheviques sussurram aos ouvidos de homens de cor descontentes o seu evangelho de ódio e vingança. (...) O bolchevismo revela-se, assim, como o inimigo da civilização e da raça. É o renegado, o traidor dentro dos nossos próprios portões (...). Por isso, deve ser esmagado com botas de ferro, não importa o custo. Se isso significa mais guerra, que signifique mais guerra.”

Podemos medir os efeitos “benéficos” da colonização da Europa ocidental e cristã sobre a África numa cifra apresentada por Hannah Arendt. Escreveu ela: “a Bélgica reduziu a população nativa (do Congo) de 20-40 milhões em 1890 para 8 milhões em 1911”. Relembramos também o massacre do povo herero nas áreas africanas colonizadas pelo imperialismo alemão, ocor-



rido entre 1904 e 1907. Aquele foi considerado o primeiro genocídio do século XX. Ali, naquela região, nasceram os primeiros campos de extermínio. Por isso, alguns historiadores afirmam que o nazismo não foi nada mais que a aplicação, na Europa, de métodos de repressão e controle que já eram utilizados pelos colonizadores ocidentais na África e Ásia.

Recentemente, na década de 1990, um liberal respeitável – e defensor das “sociedades abertas” – Karl Popper, afirmou que a Europa tinha libertado as colônias cedo demais, e isso teria sido como abandonar um orfanato nas mãos das próprias crianças. A analogia entre os povos coloniais e crianças (ingênuas e despreparadas) tem uma longa história dentro da tradição liberal. Desde o fim da URSS, estas ideias preconceituosas (neocoloniais) ganharam força no interior do mundo capitalista. Para os liberais, as atuais guerras e os genocídios africanos seriam provas definitivas da incapacidade desses povos de se auto-governarem. Apenas esquecem de dizer quais são os bárbaros que financiam estes conflitos regionais e os abastecem de poderoso material bélico.

Hoje não é possível falar em democracia sem o sufrágio das mulheres, que representam metade da população do planeta. Mas, a exclusão política das mulheres era considerada algo natural nas chamadas democracias ocidentais quando eclodiu a Revolução Russa. A luta das sufragistas inglesas naqueles anos – e que teve o apoio do movimento socialista – é bastante conhecida. Suas líderes, Emmeline e Sylvia Pankhurst, perderam parte do seu tempo de militância feminista visitando os cárceres de sua Majestade. O tratamento dado às sufragistas nas demais nações ditas democráticas não foi muito diferente.

O primeiro grande país no qual as mulheres conquistaram o direito ao voto foi, justamente, a Rússia revolucionária, ainda em fevereiro de 1917. O segundo foi a Alemanha, graças à revolução de 1918. Só depois este direito se estendeu aos grandes países liberais como EUA, Inglaterra e França. Neste último – e na Itália – as mulheres adquiriram o direito ao voto somente após a libertação capitaneada pelos comunistas em 1945. Internamente, a Revolução Russa criou espaços inéditos à ascensão das mulheres –

abrindo as portas das escolas técnicas e universidades. Também favoreceu o ingresso no mercado de trabalho e nos serviços públicos. O efeito libertador foi ainda maior para aquelas que viviam na região asiática, onde a opressão cultural e religiosa era bem maior.

A ideologia racista – amplamente dominante nos países capitalistas – sofreu um rude golpe com a revolução. No começo do século XX, nos Estados Unidos, os negros eram linchados pelos motivos mais banais – às vezes por olhar de maneira considerada desrespeitosa para uma mulher branca. Entre 1901 e 1914, foram computados mais de mil casos de linchamentos. O auge deles ocorreu no imediato pós-guerra, entre 1918 e 1920. Estes atos bárbaros, geralmente, transformavam-se em cerimônias festivas envolvendo toda a comunidade branca. Era comum que os corpos carbonizados e enforcados das vítimas negras fossem fotografados e se transformassem em cartões postais.

Podemos, de maneira polêmica, afirmar que o sul dos Estados Unidos era uma espécie de prefiguração do que seria a Alemanha nazista. Foram as lutas dos negros e o fantasma do comunismo que forçaram os legisladores estadunidenses a “apressarem” a aprovação da legislação dos direitos civis. Em dezembro de 1952, o Secretário de Justiça enviou uma carta à Corte Suprema apelando para que votasse pela inconstitucionalidade da segregação nas escolas públicas. Nesta carta dizia: “A discriminação racial leva água à propaganda comunista e suscita dúvidas entre as nações amigas sobre a intensidade da nossa devoção à fé democrática”. Levaria mais de 10 anos para que os negros sulinos adquirissem pleno direito ao voto.

Também em relação ao antisemitismo os Estados Unidos serviram de referência ao movimento comandado por Hitler na Alemanha. Os nazistas foram leitores e admiradores de O Judeu Internacional, uma coletânea de artigos escritos por Henry Ford. Segundo um jornalista do New York Times, em 1922, o candidato a Führer tinha uma foto do industrial estadunidense colocada na parede do seu escritório em Munique. No ano seguinte, Hitler chegou a declarar: “Nós consideramos Henry Ford como o líder do movi-

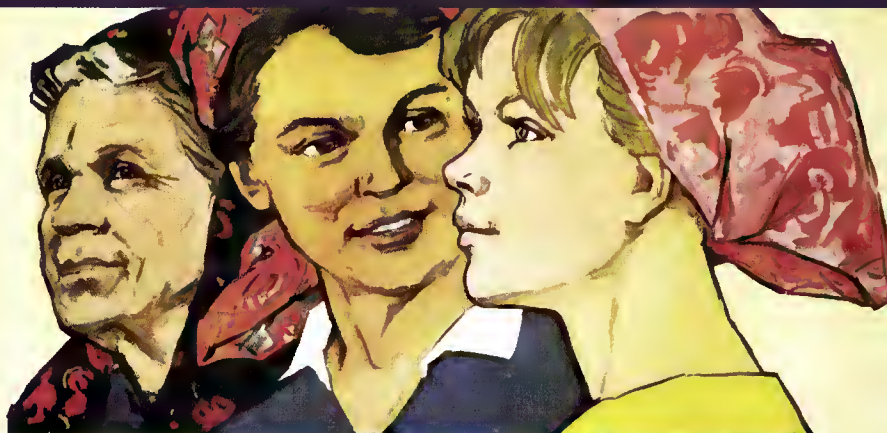
mento fascista crescente na América. Admiramos particularmente sua política anti-judaica, que é a mesma dos fascistas bávaros”.

Ainda tratando do anti-semitismo, voltemos à Rússia antes da revolução: foi ali que se realizaram os maiores pogroms contra os judeus antes da ascensão nazista. Em 1905 foi editado, em grande escala, o panfleto Protocolos dos Sábios de Sião, obra apócrifa escrita por agentes da polícia czarista. Ele narrava uma mirabolante conspiração judaica para dominar o mundo. O mesmo Ford tratou de difundir-lo nos EUA e a gráfica real imprimiu milhares de exemplares na Inglaterra. Mais um fato esquecido pela historiografia liberal e antitotalitária.

Quando começou a guerra civil na Rússia, em 1918, as tropas brancas (contrarrevolucionárias), com apoio britânico, divulgaram milhares de cópias de versões mais populares e mais sórdidas dos Protocolos. O Ocidente capitalista tentava provar que a Revolução Russa não passava de um complô judaico-comunista visando ao domínio do planeta. Nas regiões “libertas” pelos brancos, sucederam grandes pogroms contra judeus e comunistas. Entre 1918 e 1920, ocorreram 2 mil deles, que custaram a vida de cerca de 75 mil pessoas e o êxodo de mais de meio milhão.

Lênin, em 1919, em meio à guerra civil, buscou denunciar a barbárie liberal-czarista: “O ódio contra os judeus se mantém firmemente apenas onde o jugo dos proprietários de terras e dos capitalistas afundou os operários nas trevas e na ignorância. Apenas pessoas completamente ignorantes, completamente embrutecidas, podem acreditar nas calúnias difundidas contra os judeus. São resíduos da Idade Média.” Coube aos bolcheviques totalitários a proteção da população judaica ameaçada pelas tropas pró-ocidentais.

Alguns anos depois, no holocausto promovido pelos nazistas, cerca de 6 milhões de judeus foram exterminados. No capitalismo dos monopólios, os métodos e a escala do extermínio judeu (e comunista) deixavam de ser artesanais, como nos tempos do czarismo, e



СОВЕТСКИМ ЖЕНЩИНАМ-ПОЧЕТ И ЛЮБОВЬ!

passavam a ser industriais. Em 1941, Stalin afirmou: “Na sua essência, o regime de Hitler é uma cópia daquele regime reacionário que existiu na Rússia sob o czarismo. É notório que os hitleristas atropelam os direitos dos operários, os direitos dos intelectuais e os direitos do povo, assim como o regime czarista os atropelava, e ordenam pogroms medievais contra os judeus, como o regime czarista os ordenava. O partido hitlerista é um partido dos inimigos das liberdades democráticas, partido da reação medieval e dos pogroms tenebrosos”. O ditador soviético foi um dos primeiros dirigentes de uma nação a denunciar o holocausto promovido pelos nazistas contra os judeus na Europa.

Mesmo o Estado de Bem-Estar Social, nascido da Europa ocidental, é impossível ser pensado sem a existência do fantasma da revolução socialista. Os próprios neoliberais não se cansaram de bater nesta mesma tecla: os direitos sociais e a intervenção do Estado na Economia – típica do modelo keynesiano – eram uma contaminação perigosa do comunismo nas democracias liberais europeias. Assim também consideravam a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela ONU, em 1948.

Para concluir, podemos dizer que grande parte do que foi conquistado pelos trabalhadores no século XX se deve à vitória da Revolução de Outubro. A derrocada do colonialismo, a ampliação da democracia e dos direitos sociais, o fim das discriminações mais odiosas que pesavam sobre as mulheres e os povos não brancos só podem ser plenamente entendidos com o pano de fundo da grande obra iniciada pelos trabalhadores russos, tendo à frente Lênin. Hoje, depois da derrocada do campo socialista dirigido pela União Soviética, muitas dessas conquistas civilizacionais se encontram ameaçadas. ■

Indignação

A descrição sucinta ora apresentada é o desabafo de um aposentado ao trazer a público o clamor dos que são impiedosamente levados pela desarticulada política econômica, da qual as instituições financeiras se tornam vorazes intermediárias.

Não há como permanecer passivamente, aceitando a degradação imposta sob a égide, sob o patrocínio – repito – de sucessivos governos que nada fazem para que a população que mais necessita de amparo, após anos de trabalho, não se veja endividada e comprometida para atender os seus compromissos domésticos.

As coisas mudaram bruscamente. Anteriormente, há cerca de 50 anos, os jovens participavam da manutenção da casa, provendo a necessidade de seus pais. No momento, entretanto, se dá o contrário – filhos de ontem acolhem os jovens de hoje, que, embora com formação superior, não encontram acolhida no sempre desafiante mercado de trabalho. E, conviria mencionar, apesar de prestar-se o assunto ao mais amplo debate por envolver a preparação do indivíduo - paralelamente são desativadas escolas profissionalizantes, desfigurando cada vez mais o papel a ser desempenhado pelo técnico de grau médio – anônimo responsável pelo desenvolvimento da Nação graças à qualificação obtida.

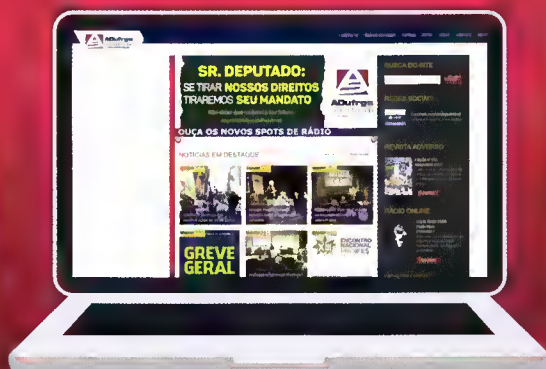
Neste País em que os massacrados contribuintes sem ter a quem recorrer se acomodam ao que lhes é imposto pelo desenfreado roubo a que assistem diariamente pelo noticiário, torna-se imperioso que se proteste veementemente no sentido de serem os homens de bem prestigiados para efetivamente passar o Brasil a limpo. E com o máximo rigor, para afastar a corja que tanto o torna infeliz. E que se trabalhe para que mude o espectro político atual, que não mais suporta o extraordinário número de partidos sem ideologia alguma. E que se dê um basta à bilionária rapinagem sacada de suas reservas, fazendo com que os indiciados devolvam o que roubaram e sejam destinados ao cárcere - e não às paradisíacas propriedades obtidas com o dinheiro público. É o que se pode esperar, com o desejo de que seja baixada a ânsia voraz das instituições bancárias e proporcionadas condições de vida a quem se dedicou ao trabalho por anos e anos, suavizando, em consequência, o constrangedor embaraço provocado pelo implacável ajuste anual determinado pelo imposto de renda.

Joacy de Abreu Faria

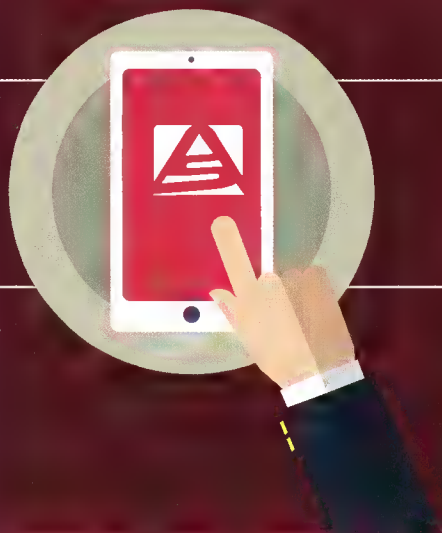
Aposentado do Instituto de Matemática e associado da ADUFRGS (nº 1695)

AS CONSULTAS ELETRÔNICAS
ASSEGURAM
A TODOS OS DOCENTES
O DIREITO DE OPINAR
SOBRE TEMAS MAIS RELEVANTES
DA NOSSA CATEGORIA.

AJUDE A DECIDIR!



PARTICIPE DAS CONSULTAS ELETRÔNICAS DA ADUFRGS-SINDICAL



adufrg.org.br





ADufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação